

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_2_Março_2021

Revista de Imprensa

1. Apoios sociais somam 1,9 mil milhões de euros, Correio da Manhã, 02/03/2021	1
2. Agentes da música pedem 300 milhões, Correio da Manhã, 02/03/2021	2
3. Alerta para risco de fraude na Bazuca, Correio da Manhã, 02/03/2021	3
4. Bloco- Contra redução da TSU, Correio da Manhã, 02/03/2021	6
5. Livrarias questionam Governo e falam em «discriminação», Correio da Manhã, 02/03/2021	7
6. Nota Editorial - A ministra e o Natal, Correio da Manhã, 02/03/2021	8
7. Profissionais de saúde infetados já vão em 27973, Diário de Notícias, 02/03/2021	9
8. TdC teme despesa covid muito maior, Diário de Notícias, 02/03/2021	11
9. Revistos critérios de exclusão de doadores de sangue, Diário de Notícias, 02/03/2021	13
10. Doze meses, doze momentos que marcaram a evolução da pandemia em Portugal, Diário de Notícias, 02/03/2021	14
11. Raspadinhas -Queda nas apostas esconde dimensão do vício, Jornal de Notícias, 02/03/2021	16
12. Governo deseja recuperar centros de saúde com incentivos, Jornal de Notícias, 02/03/2021	18
13. Proposta consulta especializada de saúde mental, Jornal de Notícias, 02/03/2021	19
14. Grupo de trabalho vai rever norma de doadores, Jornal de Notícias, 02/03/2021	20
15. PRR: solução ou desilusão?, Jornal de Notícias, 02/03/2021	21
16. Escolas já estão a alimentar 40% dos alunos que serviam antes, Público, 02/03/2021	22
17. Francisco Assis alerta para riscos das “raspadinhas”, Público, 02/03/2021	24
18. Editorial - Lições de um ano para esquecer, Público, 02/03/2021	25
19. Governo cria prémio para incentivar boas práticas florestais, Público, 02/03/2021	26
20. Comissão propõe “passes verdes digitais” para facilitar circulação de pessoas na UE, Público, 02/03/2021	27
21. Correio do leitor - Desemprego a crescer, Correio da Manhã, 02/03/2021	28
22. Groundforce recusou proposta para salários, Inevitável, 02/03/2021	29
23. PRR prevê apoio de cinco mil euros para contratar sem termo, Jornal de Notícias, 02/03/2021	30
24. Guardas-florestais queixam-se de ser ignorados pela GNR, Jornal de Notícias, 02/03/2021	31
25. O que mudou na economia em 18 indicadores, Negócios, 02/03/2021	32
26. Bloco de esquerda critica redução generalizada da TSU, Negócios, 02/03/2021	40
27. Pandemia penalizou trabalhadores jovens sem qualificações e precários, Público, 02/03/2021	41

COMBATE À PANDEMIA

Apoios sociais somam 1,9 mil milhões de euros

DESPESA ✪ Custos globais ultrapassam os dois mil milhões. Segurança Social absorve a maior fatia
RELATÓRIO ✪ Tribunal de Contas diz que Governo continua a deixar de fora dados sobre custos

RAQUEL OLIVEIRA

A pandemia custou aos cofres públicos, até setembro do ano passado, 2801 milhões de euros, dos quais quase 1,9 mil milhões (68%) em medidas no âmbito da Segurança Social. Os valores constam num relatório do Tribunal de Contas (TdC) sobre o impacto da Covid-19, divulgado ontem, e que chama a atenção, uma vez mais, para o facto de nem todas as despesas relacionadas com o coronavírus estarem espelhadas na execução orçamental.

O combate à pandemia envolveu mais de 100 instituições públicas e privadas, apoios a 180 mil entidades e 1,8 milhões de indivíduos até setembro, segundo o documento daquela instituição que acompanha de

MEDIDAS AJUDARAM 180 MIL ENTIDADES E 1,8 MILHÕES DE PESSOAS

perto os custos do Estado. Neste contexto, destaca-se a Segurança Social, que garantiu apoios às empresas, aos trabalhadores e às famílias no valor de 1,2 mil milhões e isentou pagamentos, nomeadamente de Taxa Social Única, superiores a 600 milhões de euros.

No entanto, alerta mais uma vez o TdC, nem sempre a informação consta da execução orçamental. Na Segurança Social, por exemplo, “o impacto na despesa está subavaliado”, nomeadamente porque não foi incluído “o valor pago à Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do protocolo celebrado”. Por outro lado, diz a entidade liderada por José Tavares, devem constar os apoios comunitários, da ordem dos 90 milhões de euros. ●



Segurança Social isentou pagamentos a empresas de 600 milhões

IMPACTO COVID-19 ATÉ SETEMBRO 2020



DOS QUAIS
1897
MILHÕES DE EUROS PARA A
SEGURANÇA SOCIAL

TOP 5 DAS MEDIDAS EM MILHÕES DE EUROS



Fonte Tribunal de Contas

Saúde gasta 227 milhões em equipamentos

✪ A compra de equipamentos de proteção individual, medicamentos e outros bens na Saúde ascendeu a 227 milhões de euros até setembro, segundo o relatório do Tribunal de Contas. Já o reforço dos recursos humanos, entre

contratação de profissionais e as horas extraordinárias, representou uma despesa de cerca de 48 milhões de euros. Em ventiladores, mas também outros equipamentos, a despesa registada foi superior a 60 milhões. ●



Gastos com contratações não foram além dos 48 milhões



PANDEMIA



O setor dos espetáculos e da música ao vivo tem sido dos mais afetados desde o início da pandemia da Covid-19

PORMENORES

Apoio à programação

A AEAPP propõe ainda apoios à programação de eventos de promotores públicos ou privados e apoios na área da internacionalização e exportação da música portuguesa.

Milhões exigidos

A plataforma cívica Convergência para a Cultura já tinha proposto que o PRR consignasse 280 milhões de euros para as indústrias culturais e criativas.

Sons de Vez cancelado

Festival Sons de Vez, que decorreria até 26 de março em Arcos de Valdevez, foi ontem cancelado por causa da pandemia.

Agentes da música pedem 300 milhões

CRISE Associação quer que Governo não esqueça setor no Plano de Recuperação e Resiliência

MIGUEL AZEVEDO

Trezentos milhões de euros. É este o valor que a Associação Espectáculo - Agentes e Produtores Portugueses (AEAPP) propõe que o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência (documento estratégico elaborado pelo Governo de reformas estruturais para assegurar a saída da crise económica)

destine ao setor da música.

Em comunicado ontem divulgado, aquela associação apresenta um conjunto de propostas e defende, por exemplo, a criação do projeto Portugal Música, que deverá ser transversal de apoio à criação, produção e circulação de espetáculos. Além das propostas para o PRR, a associação apela, tam-

bém, ao Governo para a urgência de aplicação no setor da cultura de um verdadeiro Plano de

AEAPP PROPÕE PROJETO DE APOIO TRANSVERSAL À CRIAÇÃO E PRODUÇÃO

Emergência Financeira. Para tal, diz, seria fundamental o reforço significativo das verbas e

o prolongamento dos Programas Apoiar e Apoiar Rendas até final de 2022, bem como o apoio à (re)contratação de trabalhadores da cultura e o empréstimo à recuperação para reforçar a resiliência, sem custos ou juros, a ser disponibilizado a empresas e profissionais independentes da cultura a partir de setembro de 2021 até ao verão de 2024. ●



BAZUCA EUROPEIA

BREXIT | TRIBUNAL PREOCUPADO

O Tribunal de Contas Europeu manifestou "algumas preocupações" sobre a Reserva de Ajustamento ao 'Brexit' proposta pela Comissão Europeia para atenuar os efeitos da saída do Reino Unido, por poder criar "incertezas e riscos" aos países. Em causa estão 4,245 mil milhões de euros.

FIM DA CONSULTA PÚBLICA

Plano de Recuperação tem alto risco de fraude

ALERTAS ♦ Duplicação da utilização de dinheiro pelos mesmos candidatos exige um sistema informático que permita uma identificação rápida da situação **FORMAÇÃO** ♦ Faltam recursos humanos às várias entidades encarregues da fiscalização

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que esteve, até ontem, em consulta pública, comporta um sério risco de fraude e necessita de várias adaptações no seu plano de governação. A ideia é expressa no âmbito de um grupo de reflexão, constituído no âmbito do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), que inclui vários magistrados, investigadores da Judiciária, elementos do Tribunal de Contas, da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), entre outros, que tem por objetivo garantir a correta aplicação dos fundos europeus.

No documento elaborado pelo 'Think Tank - Risco de Fraude

CONSULTA PÚBLICA É UMA OBRIGAÇÃO IMPOSTA PELA UNIÃO EUROPEIA

DINHEIRO PARA AÇORES E MADEIRA SEM MECANISMO DE CONTROLO

Recursos Financeiros da União Europeia' chama-se a atenção para a falta de mecanismos informáticos de alerta, que possam identificar uma duplicação de financiamento a um mesmo beneficiário. Esta situação deriva do facto de as verbas do PRR serem aplicadas ao mesmo tempo em que estamos a receber o dinheiro do quadro plurianual 2021 - 2027.

Outra das críticas prende-se com a falta de recursos huma-



António Costa já incorporou no Plano de Recuperação e Resiliência algumas sugestões dos magistrados

nos, devidamente formados numa matéria muito complexa como é a dos fundos europeus. Quer o DCIAP, a IGF ou o Tribunal de Contas, para além da sua atividade normal de fiscalização, terão agora, com o mesmo quadro de pessoal, de supervisionar a aplicação do dinheiro do PRR.

Outra matéria que levanta grandes receios é a falta de estruturas de controlo da aplicação dos fundos do PRR nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, que ainda não se

encontram definidas.

O Governo já verteu algumas das recomendações deste grupo de reflexão nas linhas gerais do PRR mas, segundo os integrantes daquela estrutura, existem ainda muitas deficiências a corrigir no modelo de governação.

A consulta pública que ontem terminou é obrigatória, segundo o regulamento da União Europeia que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. No entanto, o que o Governo revelou não foi o documento final, mas só uma síntese. ●

PORMENORES

Portal da transparência

O Governo promete criar um portal onde estarão discriminados todos os investimentos e o seu modo de financiamento. Neste portal o projeto pode ser acompanhado até à sua conclusão final pelos cidadãos e pelos beneficiários dos fundos.

75 investimentos

Na apresentação do PRR, o Governo promete que os 75 grandes investimentos que corporizam o plano serão descentralizados ao nível da sua implementação operacional com datas e objetivos predefinidos.

"Recuperar Portugal"

Será criada uma estrutura de missão denominada "Recuperar Portugal" que se encarregará da cooperação técnica e gestão dos fundos europeus e dos respetivos projetos a financiar, que terá elementos dos Ministérios do Planeamento e Finanças.



Lucília Gago é a PGR

PGR deu luz verde à constituição de grupo de vigilância

Em agosto de 2020 a procuradora-geral da República, Lucília Gago, deu "luz verde" à constituição de um grupo por iniciativa do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) dedicado a vigiar a aplicação dos fundos europeus. ●



AGRICULTURA | **CONTRA IMPOSIÇÕES**

Numa análise ao Plano de Recuperação e Resiliência, a Confederação Nacional da Agricultura alertou que "Portugal não deve estar sujeito a condicionalismos impostos pela União Europeia na reestruturação da economia nacional e das funções sociais do Estado, sobretudo nos territórios rurais".

VINHO | **ABANDONO**

A UNIÃO DAS ADEGAS COOPERATIVAS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO DIZ QUE O PRR CONDENOU AO ABANDONO O SETOR VITIVINÍCOLA.



HOTELARIA | **FALTAM AJUDAS ÀS EMPRESAS**

A Associação de Hotelaria de Portugal (AHP) exigiu ao Governo "mais apoios nesta fase da pandemia e não apenas para preservar o emprego mas sobretudo para as empresas hoteleiras, porque têm sido as mais esquecidas", afirmou ontem a vice-presidente daquela instituição, Cristina Siza Vieira.

Investir em redes de nova geração

❑ A Associação de Operadores de Comunicações Eletrónicas (APRTEL) considera que o Plano de Recuperação deve contemplar no pilar da transição digital o financiamento de redes de nova geração em locais que não atraem por si só o investimento. ●



Dinheiro do PRR para a transição digital deve ser aplicado no Interior

São 14 mil milhões em subvenções

❑ O Plano de Recuperação e Resiliência tem 14 mil milhões em subvenções que devem ser aplicadas até 2026 para fomentar o crescimento económico. ●

Mais vigilância junto das empresas

❑ Outra das recomendações do grupo de reflexão é o aumento das visitas físicas às empresas dos organismos de fiscalização, para apurar a implementação dos investimentos. ●



Existem consultoras que prometem aprovações garantidas de projetos

Consultoras garantem financiamento certo

❑ Um dos receios dos magistrados, que no entanto, não se encontra expresso no documento do grupo de reflexão, tem que ver com o chamado "negócio das consultoras". Trata-se da proliferação de empresas que oferecem projetos "chave na mão", garantindo a aprovação do financiamento com fundos comunitários.

Este tipo de empresas, que ganham uma comissão por cada projeto aprovado, são muitas vezes uma grande fonte de corrupção junto de organismos públicos que gerem e pagam as

ajudas europeias. Grande parte dos processos de fraude com fundos investigados pelo Ministério Público e Polícia Judiciária envolve a criação de sociedades dedicadas a consultoria que movimentam os fundos. No atual Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os pagamentos serão realizados tendo em atenção os resultados obtidos e não contra a apresentação de despesas, como era habitual nos programas comunitários anteriores, o que vai potenciar, ainda mais, a má utilização do dinheiro europeu. ●



Campanha de **Primavera**
Tudo para animais e plantas

Agriloja

HOJE NÃO PERCA

Grátis

RECEBA O 4º LIVRO DE RECEITAS

20 LIVROS PARA COLECIONAR

120 PRATOS SIMPLES E SAUDÁVEIS

SOPAS E ENTRADAS FÁCEIS DE PREPARAR P.32

CRIME NO BARREIRO P.18

GUARDA ESPECIAL PARA MÃE QUE MATOU A FILHA

Perturbação mental obriga a vigilância permanente na cadeia

SUSPEITAS EM COIMBRA P.28

Vereador faz contratos com empresa do filho

SEGURANÇA P.48

216 câmaras de vídeo vigiam Baixa de Lisboa

5 MARÇO

Frigideira 24 cm

29,90€

TERÇA-FEIRA 02/03/2021 | DIÁRIO | € 1,30 (C/IVA)

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR-GERAL EDITORIAL: OCTÁVIO RIBEIRO
DR. -GERAIS EDIT. ADJ.: ARMANDO ESTEVES PEREIRA E ALFREDO LEITE
DIRETOR-EXECUTIVO: CARLOS RODRIGUES DR. -ADJUNTOS: JOSÉ CARLOS CASTRO E PAULO JOÃO SANTOS

GRANDE CONCURSO 2021

HOJE ÚLTIMA CADERNETA

GANHE 10 250 EUROS EM COMPRAS POR SEMANA

PRÉMIO FINAL AUTOMÓVEL ELÉTRICO

CADERNETA P.3
CUPÃO P.47

LOUREIRO EM NEGÓCIOS COM ADVOGADO BRASILEIRO HÁ 10 ANOS P.22

GRUPO DE TRABALHO IDENTIFICA FALHAS

ALERTA PARA RISCO DE FRAUDE NA BAZUCA

MINISTÉRIO PÚBLICO AVISA PERIGO DE DESVIO DOS MILHÕES EUROPEUS

FALTA de mecanismos de controlo para evitar duplicação de fundos para os mesmos beneficiários P.6 E7

1 ANO DE PANDEMIA ESPECIAL DE 9 PÁGINAS

COVID MATOU 45 PESSOAS POR DIA

NOVO INTERVALO ENTRE DOSES VACINA MAIS 100 MIL IDOSOS

TURISMO ALGARVIO PERDE 800 MILHÕES EM RECEITAS P.8 A 16

VIDAS P.41 A 45

Bárbara

RETOCA O NARIZ EM INTERVENÇÃO ESTÉTICA

Artista de 19 anos recorre a ácido hialurónico

BENFICA 2 RIO AVE 0

ÁGUIA MAIS PERTO DO DRAGÃO NA CORRIDA AOS MILHÕES DA CHAMPIONS

PONTAPÉS CONTRA A CRISE

PIZZI MARCA SEGUNDO GOLO BENFQUISTA E DÁ ABRAÇO EMOTIVO A RUI COSTA P.4 E5

VENDAS DO SPORTING P.33

COMISSÕES E JUROS LEVAM PARTE DE LEÃO

FC PORTO P.34

SÉRGIO OLIVEIRA E PEPE PREOCUPAM

idealista

O portal imobiliário líder em Portugal

BLOCO | **CONTRA REDUÇÃO DA TSU**

A líder do Bloco, Catarina Martins, manifestou-se ontem contra “uma espécie de redução generalizada da TSU”, prometida pelo Governo às empresas pelo aumento de 30 € do salário mínimo para os 665 €. Para a bloquista, os descontos devem ser “apenas para quem precisa”.

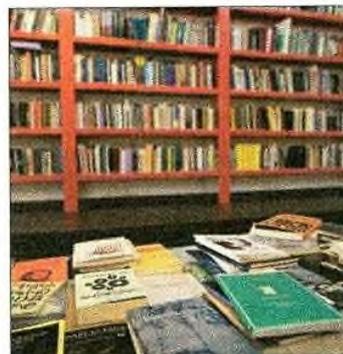


VENDA DE LIVROS EM CAUSA

Livrarias questionam Governo e falam em “discriminação”

A ReLi, Rede de Livrarias Independentes, enviou aos Órgãos de Soberania um pedido de esclarecimento pelo facto de as livrarias continuarem fechadas na sequência da prorrogação do estado de emergência. No texto com três pontos, enviado ao presidente da República, presi-

dente da Assembleia da República e Governo, pergunta-se “por que razão é permitido vender livros em variados estabelecimentos mas não nas livrarias independentes e de proximidade?”. A ReLi fala em “discriminação” e diz que a medida é “inconstitucional”. ●



Livrarias continuam fechadas

J. DA SILVA

NOTA
EDITORIALA ministra
e o Natal

A entrevista de Marta Temido à Lusa levanta uma questão séria a António Costa: será que alguns governantes não deviam estar confinados? Não sei se é cansaço, ou stresse, ou incompetência, ou tudo junto, mas dizer que “ainda é muito cedo para perceber o que aconteceu no Natal” é de quem está desligado da realidade. E se não percebeu, como é possível delinear um plano de desconfinamento nesta altura? Se não compreendemos como se chegou aqui, que lições podemos tirar para não cometer os mesmo erro? Diz, ainda, que assume todas as responsabilidades.

CONFESSA TEMIDO
QUE TEM RECEBIDO
FARPAS E VARAPAUS.
POR QUE SERÁ?

Muito bem. Mas de que vale assumir responsabilidades se não se tiram as devidas consequências? De nada.

Promete Temido, que o Governo vai reforçar este ano a compra de vacinas da gripe – sem comentários... – e que Portugal vai comprar mais 38 milhões de vacinas contra a Covid. Ora, assim é que é falar. Apenas uma pergunta: vamos comprar a quem, quando e qual é o calendário de entrega? Talvez a resposta chegue na próxima entrevista de Temido, quando conseguir descodificar o mistério natalício.

Confessa, por último, que tem recebido “farpas e varapaus”. Por que será?

PAULO JOÃO SANTOS
DIRETOR-ADJUNTO



Profissionais de saúde infetados já vão em 27 973

Apandemia atingiu também os que dos outros cuidam. Ou seja, os próprios profissionais de saúde. Um ano depois, o balanço feito pela Direção-Geral da Saúde (DGS) indica que foram já infetados 27 973 profissionais de saúde, dos quais 19 acabaram mesmo por morrer. No total, recuperaram já 16 175.

De acordo com os dados disponibilizados ao DN pela DGS, a classe profissional mais afetada é a dos assistentes operacionais, com 8732 casos; depois são os enfermeiros, com 7357, seguidos da classe designada como "outros", com 4022, e, por fim, os médicos, com 3454 casos de infeção. No seio da classe de assistentes técnicos houve até agora 1743 casos de infeção, na dos técnicos de diagnóstico 1251, na dos farmacêuticos 612, na dos técnicos superiores de saúde 552, e nos técnicos superiores 250.

Em relação aos óbitos, os dados revelam que os meses em que ocorreram mais foram nos dois primeiros de 2021, com seis mortes em janeiro e nove em fevereiro. Ao todo, sabe-se que são três médicos, um enfermeiro, um técnico superior de diagnóstico, dois auxiliares de saúde, um auxiliar de enfermagem, dois administrativos, um colaborador de um lar, um bombeiro e sete com categoria desconhecida. Há ainda a assinalar que a DGS não sabe se durante a doença e o óbito todos estes profissionais estavam no ativo, se foram infetados em ambiente de trabalho ou social e se todos integravam unidades do Serviço Nacional de Saúde ou outras.

Também ontem foi divulgado pelo Ministério da Saúde que o período de intervalo entre as duas doses da vacina da Pfizer passou de 21 dias para 28 dias, o que, segundo o secretário de Estado Lacerda Sales, permitirá vacinar mais cem mil pessoas do que as que estavam previstas até ao final de março. Até agora foram administradas 868 951 doses das vacinas. **A.M.I.**

394

Novos casos Portugal registou ontem o número mais baixo de novas infeções desde 8 de setembro. Os dados do boletim diário da DGS referem ainda que morreram mais 34 pessoas devido à covid-19. É o número de óbitos mais baixo desde 29 de outubro

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 2.3.2021 / Ano 157.º / N.º 55 468 / €1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

Onde está e para onde vai o país, um ano depois de chegar o coronavírus

“REGRESSO DE PASSOS PODE DITAR O FUTURO MAS MAIS DECISIVO É SE COSTA SAI”



PORTUGAL PÓS-PANDEMIA

A transformação profunda na política, economia, saúde, educação e no desporto

ANTEVISÃO Autárquicas prenunciam o futuro do partido de Rio, um dos que tentaram bloquear movimentos independentes às eleições locais – “uma nódoa negra no PS e no PSD” e “uma vergonha”, aponta Marques Mendes. Entre os socialistas “não pode ser tabu a saída de Costa”. Nas outras áreas, retoma, investimento e desconfinamento são as palavras de ordem. **PÁGS. 4-15**

Reportagem: os primeiros infetados

Como estão hoje as três famílias infetadas com SARS-CoV-2 que falaram ao DN em 2020. As marcas que ficam para sempre. **PÁGS. 6-9**

Está atrasada a recuperação dos rios portugueses

Estudo liderado pela cientista Maria João Feio alerta para a fraca qualidade ecológica e a biodiversidade perdida. **PÁGS. 18-19**

Mais apoios para comprar bicicletas

Há ajudas do governo para duas e quatro rodas, mas na aquisição de ligeiros os elétricos ficam só para particulares. **PÁG. 20**

Zoo em Gaia ajuda animais carentes

Sem público, animais não têm estímulos visuais, auditivos ou olfativos e passam tempo a dormir. Pessoal tenta compensar. **PÁG. 23**

TdC teme despesa covid muito maior

Tribunal de Contas, que fiscaliza gastos públicos, ignora custo do reforço do abono de família e de extras na saúde. **PÁG. 21**

EUA Trump rejeita formar novo partido, mas tem longo caminho até 2024 **PÁG. 24**



Tribunal de Contas teme subavaliação de despesa com covid

CONTAS Tribunal que fiscaliza gastos públicos ignora custo do reforço do abono de família e da sobreutilização de equipamentos na Saúde.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

O impacto orçamental na despesa social medida até ao final do terceiro trimestre do ano passado, no âmbito do combate à pandemia, está “subavaliada” porque a Segurança Social (SS) nunca deu informação financeira ao Tribunal de Contas (TdC) sobre “valores despendidos com a prestação complementar de abono de família para crianças e jovens”.

Estado (ministérios da Saúde e Finanças) também falhou a fornecer dados sobre o custo que decorre do desgaste provocado pela “sobreutilização” dos equipamentos hospitalares, diz uma nova análise da instituição que fiscaliza as contas públicas.

O total de medidas reportadas (despesa e receita) até final de setembro vale 2,8 mil milhões de euros. “68% caem no âmbito dos sistemas da Segurança Social e 32% no âmbito dos sistemas da Administração Central.”

De acordo com o relatório “Covid-19: execução orçamental, dívida e garantias”, divulgado esta terça-feira, do lado da despesa, a SS “não divulga os valores despendidos com a prestação complementar de abono de família para crianças e jovens”.

Trata-se do reforço do abono para famílias mais pobres que foi criado em julho. No rescaldo da primeira vaga da pandemia, o governo decidiu criar “uma prestação complementar de abono de família, a pagar no mês de setembro de 2020, para beneficiários (crianças e jovens que perçam até 16 anos, inclusive, até 31/12/2020) incluídos nos escalões 1.º, 2.º e 3.º escalões de rendimentos”.

O Tribunal lamenta que, “embora solicitada, ainda não foi prestada informação completa sobre o valor pago desta despesa, reportado a 30/09/2020”. “Apenas foi indicado o valor de 1,5 milhões de euros respeitante aos institutos das regiões autónomas”.

No contraditório que o TdC conduz para tentar perceber as razões da falta de informação, a tutela da ministra Ana Mendes Godinho referiu que essa despesa com a prestação complementar de abono “é



A ministra Ana Mendes Godinho, que tutela a Segurança Social.

uma das naturezas que foi desagregada desde o início do pagamento dos respetivos valores”.

No entanto, o TdC não vê isso. “No sistema de informação financeira (SIF), que serve de base à execução orçamental, esta despesa não está sinalizada como medida covid, pelo que a sinalização a que se refere o Instituto de Informática [da Segurança Social] poderá estar apenas definida para o sistema informático, a montante do SIF”, escrevem os juizes.

Além disso, também não consta o valor pago à Cruz Vermelha no âmbito do protocolo celebrado com a Segurança Social com vista a suportar “respostas sociais e às populações mais vulneráveis no contexto da pandemia”. São verbas para responder a surtos de covid em lares de idosos, basicamente.

“Em contraditório, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) confirma que esta

despesa, embora contabilizada, não estava sinalizada como medida covid”, mas diz que “no último trimestre de 2020 foram efetuadas correções”. O valor em causa rondará 1,5 milhões de euros.

O Tribunal avisa que estas omissões são “fragilidades” e que “o impacto na despesa está subavaliado porque, relativamente à SS, não se incluem os valores despendidos com a prestação complementar de abono de família para crianças e jovens nem o valor pago à Cruz Vermelha Portuguesa”.

Outro problema é a ausência de referências para o desgaste das máquinas, sobretudo na Saúde. O TdC recorda que a contabilidade pública deve ter em conta as “depreciações extraordinárias de equipamentos” que “traduzem a perda de valor do material e sinalizam a necessidade de uma substituição mais rápida”. Isto não foi enviado.

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 2.3.2021 / Ano 157.º / N.º 55 468 / €1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

Onde está e para onde vai o país, um ano depois de chegar o coronavírus

"REGRESSO DE PASSOS PODE DITAR O FUTURO MAS MAIS DECISIVO É SE COSTA SAI"



PORTUGAL PÓS-PANDEMIA

A transformação profunda na política, economia, saúde, educação e no desporto

ANTEVISÃO Autárquicas prenunciam o futuro do partido de Rio, um dos que tentaram bloquear movimentos independentes às eleições locais – “uma nódoa negra no PS e no PSD” e “uma vergonha”, aponta Marques Mendes. Entre os socialistas “não pode ser tabu a saída de Costa”. Nas outras áreas, retoma, investimento e desconfinamento são as palavras de ordem. **PÁGS. 4-15**

Reportagem: os primeiros infetados

Como estão hoje as três famílias infetadas com SARS-CoV-2 que falaram ao DN em 2020. As marcas que ficam para sempre. **PÁGS. 6-9**

Está atrasada a recuperação dos rios portugueses

Estudo liderado pela cientista Maria João Feio alerta para a fraca qualidade ecológica e a biodiversidade perdida. **PÁGS. 18-19**

Mais apoios para comprar bicicletas

Há ajudas do governo para duas e quatro rodas, mas na aquisição de ligeiros os elétricos ficam só para particulares. **PÁG. 20**

Zoo em Gaia ajuda animais carentes

Sem público, animais não têm estímulos visuais, auditivos ou olfativos e passam tempo a dormir. Pessoal tenta compensar. **PÁG. 23**

TdC teme despesa covid muito maior

Tribunal de Contas, que fiscaliza gastos públicos, ignora custo do reforço do abono de família e de extras na saúde. **PÁG. 21**

EUA Trump rejeita formar novo partido, mas tem longo caminho até 2024 **PÁG. 24**

Revistos critérios de exclusão de dadores de sangue

O Ministério da Saúde criou um grupo de trabalho para rever, no prazo de uma semana, a norma de 2016 que define critérios de inclusão e exclusão de dadores de sangue por comportamento sexual. O grupo foi constituído por decisão do secretário de Estado adjunto e da Saúde, na sequência da conclusão do estudo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) sobre “comportamentos de risco com impacte na segurança do sangue e na gestão de dadores”.

Em causa está a norma 009/2016 da DGS, referiu em comunicado o gabinete de Lacerda Sales, ao adiantar que o grupo de trabalho “terá uma semana para a análise do estudo e respetiva alteração da norma em conformidade”. Este grupo é constituído por representantes da DGS, do Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) e, a título consultivo, entidades da sociedade civil.

A criação deste grupo de trabalho ocorre na véspera da audição parlamentar, a pedido do Bloco de Esquerda, do IPST e da DGS, “a propósito de denúncia de práticas discriminatórias na doação de sangue por homens que fazem sexo com homens vindas a público”. A polémica surgiu após um homem ter denunciado que foi discriminado quando tentou dar sangue a 23 de janeiro, no posto fixo de doação do IPST em Lisboa.



ID: 91495095

02-03-2021



Doze meses, doze momentos que marcaram a evolução da pandemia em Portugal

CRONOLOGIA Desde 2 de março de 2020, quando foram confirmados os primeiros casos em Portugal, já foi decretado por 12 vezes o estado de emergência no país, que alternou entre o aluno bom e o pior do mundo.

TEXTO **RUI FRIAS**

A 2 de março de 2020, a ministra da Saúde, Marta Temido, anuncia os dois primeiros casos de portugueses infetados com o novo coronavírus, ambos em hospitais do Porto: um médico de 60 anos vindo de uma estância de esqui no norte de Itália e um outro homem de 33 anos, com ligação a Valência, Espanha.

18 de março Estado de emergência

Uma semana depois de a OMS ter catalogado a covid-19 como uma pandemia, e dois dias depois da primeira morte em Portugal (a 16), já com todas as escolas fechadas, o Presidente da República decreta o estado de emergência por 15 dias (confinamento obrigatório e restrições à circulação). O primeiro estado de emergência desde o 25 de Abril de 1974.

2 de maio Mil mortes e calamidade

Quando Portugal ultrapassa as mil mortes, termina o estado de emergência e começa a situação de cala-

midade, dando início a um desconfiamento. Serviços culturais começam a abrir e a partir de 18 de maio reabrem restaurantes e cafés, voltam aulas presenciais nos 11.º e 12.º anos e reabrem as creches.

15 de julho Portugal "não aguenta"

Situação de calamidade foi renovada em 19 freguesias da Área Metropolitana de Lisboa (a mais atingida na altura) e primeiro-ministro alerta que o país não aguenta um segundo confinamento. Poucos dias depois, a 21, o governo apresenta publicamente a "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação 2020-2030", da autoria do gestor António Costa Silva.

3 de agosto Primeiro dia sem mortes

Portugal regista o primeiro dia sem vítimas mortais por covid-19 desde o início da pandemia e o anúncio é feito, de forma emocionada, pelo secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales. Dias depois, arranca em Lisboa a fase final da Liga dos Campeões, sem público.

14 de setembro Regresso às escolas

O ano letivo arranca com o regresso das aulas presenciais e obrigatoriedade de uso de máscara nas escolas. Portugal volta a uma situação de contingência, a partir de dia 15. E três dias depois, 18, António Costa convoca o gabinete de crise dado o aumento contínuo de novos casos.

5 de novembro De novo em emergência

Presidente propõe ao parlamento o regresso ao estado de emergência em Portugal. A partir de dia 9 é decretado o recolher obrigatório entre as 23.00 e as 05.00 nos municípios mais afetados (e a partir das 13 horas aos fins de semana).

2 de dezembro Temos vacinas

A ministra da Saúde anuncia a compra de mais de 22 milhões de doses de vacinas contra a covid-19. No dia seguinte é apresentado o plano de vacinação, coordenado por Francisco Ramos. Os grupos prioritários serão pessoas com mais de 50 anos com patologias associadas, residen-

tes e trabalhadores em lares, e profissionais de saúde e de serviços essenciais. A 7 de dezembro Portugal ultrapassa as 5000 mortes.

17 de dezembro Natal, mas com "bom senso"

O Presidente da República decreta a renovação do estado de emergência por mais 15 dias, até 7 de janeiro, e pede aos portugueses bom senso na celebração do Natal. O primeiro-ministro anuncia que as celebrações do Ano Novo são totalmente cortadas, mas mantêm-se os horários da restauração no Natal e são permitidas reuniões familiares. A 27, arranca o plano de vacinação.

18 de janeiro O pior do mundo

Em descontrolo após o Natal, com infeções e mortes a disparar, e filas de ambulâncias às portas de hospitais na Grande Lisboa, Portugal passa a ser o país do mundo com maior número de novos casos por milhão de habitantes. Três dias depois, o governo anuncia o encerramento das escolas de todos os níveis de ensino por 15 dias, para

tentar conter o crescimento da pandemia.

3 de fevereiro Mudança na task force

No dia em que chega a Portugal uma equipa clínica alemã, composta por 26 profissionais, para ajudar no combate à pandemia, demite-se o coordenador da *task force* para o plano de vacinação, Francisco Ramos, após uma sucessão de polémicas suscitadas por casos de vacinação indevida. É substituído pelo vice-almirante Henrique Gouveia e Melo. Neste início de fevereiro, infeções e mortes começam a baixar significativamente.

25 de fevereiro Desconfinar ou não

Parlamento autoriza o 12.º estado de emergência desde início da pandemia. Presidente da República diz desaconselhar um desconfinamento antes da Páscoa, apesar de as infeções baixarem para registos de outubro. No dia seguinte, António Costa diz que apresentará a 11 de março um plano de desconfinamento gradual.

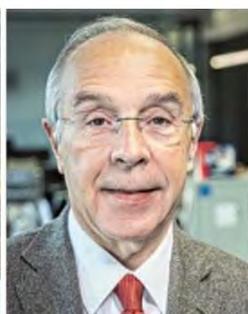
Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 2.3.2021 / Ano 157.º / N.º 55 468 / €1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

Onde está e para onde vai o país, um ano depois de chegar o coronavírus

“REGRESSO DE PASSOS PODE DITAR O FUTURO MAS MAIS DECISIVO É SE COSTA SAI”



PORTUGAL PÓS-PANDEMIA

A transformação profunda na política, economia, saúde, educação e no desporto

ANTEVISÃO Autárquicas prenunciam o futuro do partido de Rio, um dos que tentaram bloquear movimentos independentes às eleições locais – “uma nódoa negra no PS e no PSD” e “uma vergonha”, aponta Marques Mendes. Entre os socialistas “não pode ser tabu a saída de Costa”. Nas outras áreas, retoma, investimento e desconfinamento são as palavras de ordem. **PÁGS. 4-15**

Reportagem: os primeiros infetados

Como estão hoje as três famílias infetadas com SARS-CoV-2 que falaram ao DN em 2020. As marcas que ficam para sempre. **PÁGS. 6-9**

Está atrasada a recuperação dos rios portugueses

Estudo liderado pela cientista Maria João Feio alerta para a fraca qualidade ecológica e a biodiversidade perdida. **PÁGS. 18-19**

Mais apoios para comprar bicicletas

Há ajudas do governo para duas e quatro rodas, mas na aquisição de ligeiros os elétricos ficam só para particulares. **PÁG. 20**

Zoo em Gaia ajuda animais carentes

Sem público, animais não têm estímulos visuais, auditivos ou olfativos e passam tempo a dormir. Pessoal tenta compensar. **PÁG. 23**

TdC teme despesa covid muito maior

Tribunal de Contas, que fiscaliza gastos públicos, ignora custo do reforço do abono de família e de extras na saúde. **PÁG. 21**

EUA Trump rejeita formar novo partido, mas tem longo caminho até 2024 **PÁG. 24**



Entre março e abril, quebras chegaram a “cerca de 60%”. Em 2019, os portugueses gastaram 4,7 milhões de euros/dia

Raspadinha em queda não cala críticas de adição

Santa Casa garante que jogo líder de vendas baixou 16% no ano passado. Conselho Económico e Social avança com estudo e pede ao Governo que repondere nova lotaria

Sandra Freitas
sociedade@jn.pt

APOSTAS A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) registou, no último ano, uma quebra de 16% nas vendas da lotaria instantânea, conhecida como raspadinha, mas os especialistas entendem que este não é um indicador de que o vício possa ter diminuído em ano de pandemia. O presidente do Conselho Económico e Social, Francisco Assis, quer avançar, imediatamente, com um estudo para perceber a real dimensão do fenómeno e espera que o Governo repondere o lançamento de uma nova lotaria – prevista no Orçamento do Estado de 2021 – para financiar intervenções no património cultural do país.

De acordo com os dados da SCML – que não foi ouvida sobre o estudo –, no período de confinamento, entre março e abril do ano passado, as quebras nas vendas das raspadinhas (que é líder de vendas e corresponde a 50% das receitas) chegaram a atingir “cerca de 60%”. Foram, também, lançadas apenas 28 novas emissões, menos 12 do que em 2019. “Esta

redução deveu-se ao abrandamento significativo da procura e consequente diminuição das vendas deste jogo”, explicam os responsáveis, ressaltando que o aumento das vendas, entre 2010 e 2016, se ficou a dever, sobretudo, “ao aumento da base do número de apostadores e não ao aumento do dispêndio per capita, ou seja, do valor gasto por apostador”. Em 2019, os portugueses gastaram em média 4,7 milhões de euros/dia neste jogo.

SUPERIOR A ESPANHA

Pedro Morgado, psiquiatra e investigador na Universidade do Minho, não acolhe os argumentos, lembrando que o consumo anual, em Portugal, “é dez vezes superior” a países como Espanha. “Os consumidores esporádicos reduzem brutalmente. Aquelas pessoas que frequentavam o café ou saíam para comprar o jornal e que acabavam por comprar uma raspadinha. Uma diminuição global do consumo não é um indicador seguro de que as situações de jogo patológico tenham diminuído”, defende, sublinhando que o impacto da pandemia só terá reflexos mais

tarde. “O que as outras crises económico-sociais demonstraram é que, de facto, há um aumento destas situações [vício] em momentos de crise”, sustenta, criticando a opção do Governo de criar uma nova lotaria ainda este ano.

Francisco Assis admitiu, ao JN, que algumas reportagens e artigos sobre o vício da raspadinha o incitaram a avançar com um estudo sobre o fenómeno, composto por “uma equipa multidisciplinar”. Na próxima semana, tem agenda uma reunião com investigadores ligados à Universidade do Minho, “onde já foi feita alguma investigação sobre o tema”. O responsável entende que o Governo deve aguardar pelo final do estudo para decidir sobre uma nova raspadinha a favor do património cultural, com uma receita esperada de cinco milhões de euros/ano.

Pedro Morgado está certo de que “o Estado deve promover medidas que não proíbam o jogo, mas que o regulem de forma mais efetiva”. A abolição de publicidade direta ou indireta associada à raspadinha e a ativação do mecanismo de autoexclusão são algumas propostas do especialista. ●

RECEITAS

620 milhões para projetos sociais e empregos

A Misericórdia de Lisboa adiantou que, em 2020, os mediadores dos jogos sociais tiveram receitas de 210 milhões de euros. Ou seja, cada um dos pontos de venda obteve em média 43 mil euros. “Estima-se que, na sua globalidade, estas receitas tenham assegurado mais de 16 mil postos de trabalho”, afirma, sublinhando que, só a raspadinha, contribuiu com 141 milhões de euros para a receita obtida pelos mediadores. A instituição diz que o valor dos jogos é “totalmente devolvido à sociedade” em causas sociais como: acompanhamento de pessoas idosas e com deficiência, saúde mental e doentes oncológicos. No ano passado distribuíram 620 milhões de euros.

TESTEMUNHOS



Francisco Assis
Conselho Económico e Social

“Aparentemente, tudo indica que há um problema sério. Os dados apontam para um crescimento até ao ano passado”



Pedro Morgado
Investigador da Univ. do Minho

“É má ideia estar a promover o consumo de raspadinhas sob a capa de ela ter um propósito bom, de defesa do património”



PUBLICIDADE

Precisa de dinheiro? Conheça a Venda com Opção de Compra! Venda o seu ouro e volte a comprá-lo, pagando-o até 24 suaves prestações. VOC24 Compra ORO. Valores. 808 256 737

jn.pt Diário, Ano 133, N.º 274, Preço: 1,30€ Terça-feira 2.3.2021

Diretor-Geral Editorial Domingos de Andrade / Diretora Inês Cardoso / Diretores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Diretor de Arte Pedro Pimentel



Benfica 2-0 Rio Ave

Águias de regresso à luta por um lugar na Champions

Pizzi e Seferovic marcaram golos da vitória na segunda parte P. 46

Futebol Europa faz a diferença nas contas dos três grandes P. 51

Raspadinhas Queda nas apostas esconde dimensão do vício P. 21

Deficiente Maus-tratos foram ignorados por muitos durante anos P. 25

Globos de Ouro Netflix foi a principal vencedora da noite

Chadwick Boseman, já falecido, com prémio de melhor ator P. 39



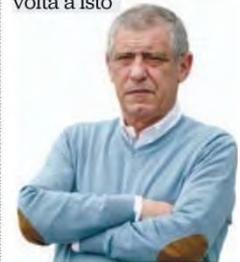
Presidente da República

As quatro palavras com que Marcelo Rebelo de Sousa resume o impacto da pandemia no país: memória, gratidão, mobilização e aprender



Fernando Santos

“Portugal conseguiu ser campeão da Europa, também pode dar a volta a isto”



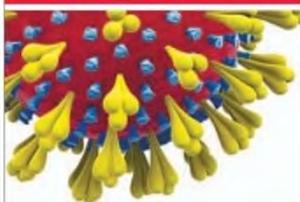
Educação e desigualdades

Escolas estão a servir 45 mil refeições por dia, adiantou Tiago Brandão Rodrigues. Filósofo José Gil diz que vivemos zangados

1 ANO

Páginas 4 a 20

COVID



Solidariedade

Manel Cruz cantou no palco JN para ajudar agentes culturais sufocados pela crise



Reportagem no S. João

Um hospital que respira de alívio depois do tsunami de dez mil doentes

Unidade de saúde do Porto sempre na linha da frente

Debates

Ciência, saúde, impacto na vida política e financiamento das empresas em análise

Infeções

Só três concelhos em risco extremo. Número de novos casos baixa para nível de setembro

Vacinação

Adiar segunda dose permite chegar a mais 100 mil pessoas até ao final de março





Governo deseja recuperar centros de saúde com incentivos

ATIVIDADE A ministra da Saúde revelou que “irá entrar em vigor no próximo mês” o estímulo para aumentar a atividade nos centros de saúde, fora do horário normal. A ministra entende que este investimento vai “permitir mais acesso”, uma vez que “há menos referências hospitalares”.



Proposta consulta especializada de saúde mental

Pandemia agravou
doenças mentais
e dependências

MARCO DE CANAVESES A presidente da Câmara do Marco de Canaveses, Cristina Vieira, propôs ao secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales, a criação no concelho de uma consulta descentralizada de saúde mental.

Para a criação desta resposta está prevista a constituição de uma equipa multidisciplinar que, funcionando no Marco de Canaveses, evite a deslocação dos marcuenses ao Porto para consultas dessa especialidade.

A proposta, que mereceu a aprovação da Administração Regional de Saúde Norte, será vertida para um protocolo que terá como objetivos a redução de consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e ainda a diminuição das dependências.

“A pandemia veio agravar as doenças do foro mental, mas também as dependências, nomeadamente o álcool, droga, e outras, como é o caso do novo fenómeno social muito relacionado com as crianças, a ‘adição aos ecrãs’”, afirma Cristina Vieira.

“O acolhimento daquela proposta faz-me acreditar que ficaremos preparados para intervir e responder a estas necessidades”, assinala ainda a presidente da Câmara do Marco de Canaveses. ●



A autarca Cristina Vieira



Grupo de trabalho vai rever norma de dadores

SANGUE O Ministério da Saúde criou ontem um grupo de trabalho para rever, no prazo de uma semana, a norma de 2016 que define os critérios de inclusão e exclusão de dadores de sangue por comportamento sexual. Serão hoje ouvidas no Parlamento a Diretora-Geral da Saúde e a presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Sangue sobre denúncias de homossexuais impedidos de doar.



PRR: solução ou desilusão?



POR

**Paulo Rios
de Oliveira**

Deputado do PSD

À medida que os anos passam, Portugal perde competitividade face a outros parceiros europeus.

Entrados na pandemia, os instrumentos de auxílio aos países da União Europeia foram robustecidos também com o denominado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Portugal não foi exceção.

Alegadamente, este Plano consiste num “amplo documento estratégico, onde estão plasmadas reformas es-

truturais fundamentais para assegurar a saída da crise pandémica e garantir um futuro resiliente para Portugal”.

E é sobre este documento que vale a pena refletir. Terminou ontem o período de consulta pública e recolha de todos os contributos vindos dos agentes e associações dos vários setores e sobram críticas que nos devem preocupar.

Primeiro, a relativa surdez a que o Governo nos habituou para quaisquer contributos ou propostas que saiam fora da esfera restrita do próprio Governo e organismos sob a sua tutela, o que faz temer o pior no que respeita à correção e melhoria da proposta em discussão pública.

Igualmente, identificamos um excessivo enfoque com a “resiliência” e “reformas” do Estado e entes públicos e escassa aposta nas empresas e na economia real, como motores de saída da crise em que nos encon-

tramos. Diria mesmo que a proporção é de um para três, no que respeita aos apoios dirigidos ao tecido económico e à capitalização das empresas.

Embora saibamos que “quando tudo é prioritário, nada é prioritário”, também estranhámos que a resiliência projetada nada tenha a apontar para a cultura e para o desporto.

Não confundamos a cultura e desporto olhando para os seus públicos ou adeptos, mas sim os seus agentes, promotores, criadores e investidores. Afinal, estas duas atividades, tão relevantes, não significam emprego e investimento? Em Espanha, estes setores mereceram uma estratégia própria e com valores induzidos muito relevantes. Portugal não precisa?

Não podemos falhar, e qualquer gestão eleitoral dos calendários e das verbas será especialmente censurável, mas muito ao estilo socialista.



Sociedade Impactos socioeconómicos da pandemia

Escolas estão a alimentar 40% dos alunos que serviam antes do confinamento

Em média, estão ser distribuídas 45 mil refeições por dia, sintoma dos “seríssimos problemas” por que estão a passar as famílias, dizem os directores. É cada vez maior o número de alunos em aulas presenciais

Samuel Silva

As escolas públicas serviram, em média 45 mil refeições por dia na última semana. Este número significa que estão a ser alimentados cerca de 40% dos alunos que eram atendidos no período de ensino presencial. O total de estudantes que recorre às cantinas não tem parado de crescer desde que, em Janeiro, o Governo decidiu suspender as actividades educativas.

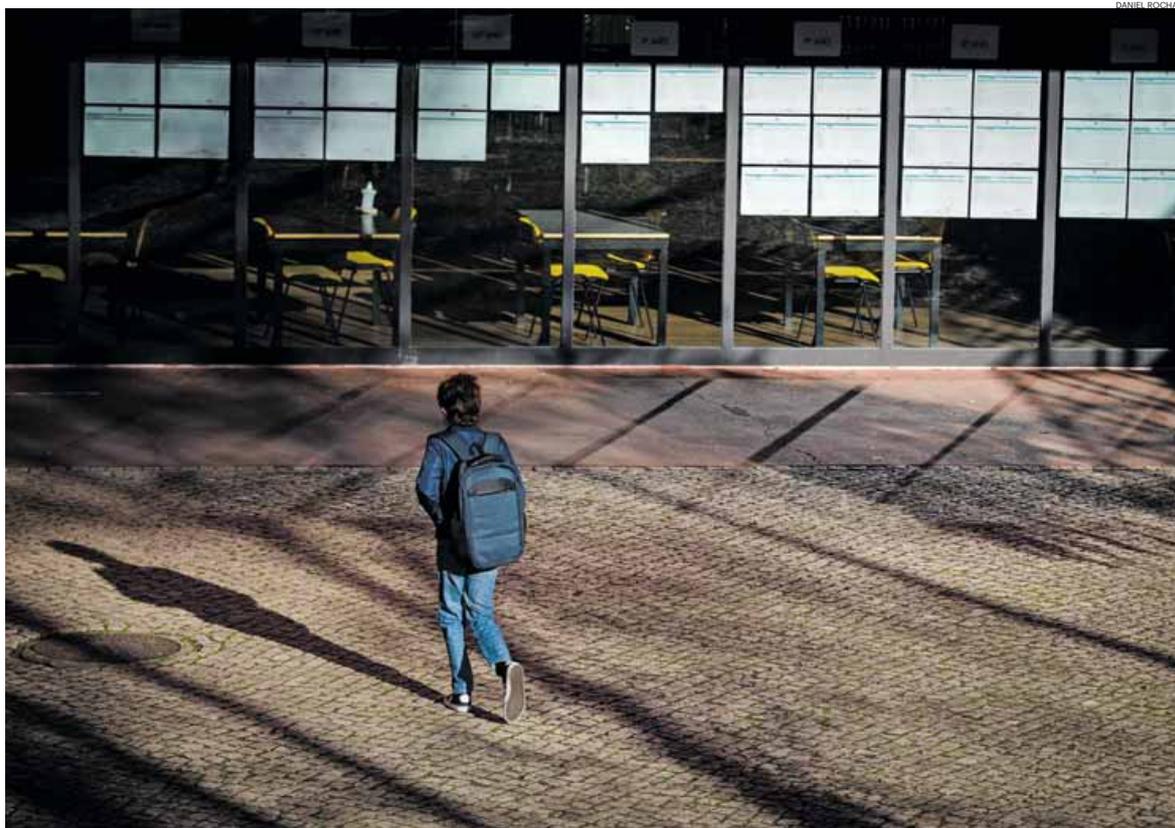
As cantinas escolares serviram cerca de 115 mil refeições diárias nas três semanas de aulas de Janeiro, antes da pausa lectiva. Na última semana, com a generalidade dos alunos em casa, foram atendidos 45 mil estudantes por dia, avança o Ministério da Educação.

Este número mais do que duplicou face à primeira semana de suspensão lectiva (21 mil refeições em média). Na semana seguinte, que ainda foi de “férias” forçadas, comeram nas escolas 30 mil estudantes. A tendência de crescimento manteve-se quando os alunos retomaram o ensino à distância – as cantinas serviram então, em média, 37 mil refeições diárias.

O presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, associa este crescimento aos “seríssimos problemas” que estão a afectar “muitas famílias”, devido aos impactos socioeconómicos da pandemia. “A sensibilidade das escolas aos problemas sociais tem sido o grande trunfo na ajuda às comunidades neste momento de dificuldade”, considera.

Estes dados ganham ainda mais força quando a comparação é feita com o ano passado. Na primeira semana de Abril, as escolas serviram 10 mil refeições diárias. Nessa altura, apenas os alunos com escalão A da Acção Social Escolar, ou seja, os mais carenciados, tinham acesso à refeição escolar. O Governo decidiu depois alargar este apoio alimentar aos estudantes com escalão B, além de todos os que estão a ter aulas presencialmente nas escolas.

O número de alunos em ensino presencial também tem vindo a crescer, mostram os dados do Ministério da Educação. Na semana passada, foram às escolas 18 mil alunos por dia. Na primeira semana de ensino remoto, as escolas receberam uma média diária de 12.500



O número de alunos em ensino presencial também tem vindo a crescer, mostram os dados do Ministério da Educação

“**[Alunos sem] o ambiente familiar adequado e aqueles que não estão a responder às tarefas [estão a ser encaminhados para escolas]**”

Filinto Lima
Presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas



estudantes. Na primeira semana de interrupção lectiva, ainda em Janeiro, apenas 1600 alunos recorreram às escolas de acolhimento.

Estes estabelecimentos de ensino estão abertos, em primeira instância, para receber os filhos dos profissionais dos serviços essenciais. São cerca de 7000 estudantes que têm aulas presencialmente por esse motivo, um número que se tem mantido estável desde o regresso do ensino remoto.

O aumento do número de estudantes que estão a ir às escolas deve-se ao crescimento dos alunos com necessidades educativas especiais – cerca de 5000 por dia na última semana, mais do dobro do valor

registado na primeira semana de ensino à distância (2300).

Também tem aumentado o total de alunos para quem as escolas consideraram ineficaz a aplicação do regime não presencial ou que estão em risco de abandono. Na primeira semana de aulas à distância, havia 3300 alunos nos estabelecimentos de ensino por este motivo. Na semana passada, foram 6000.

Problemas na Internet

Estão a ser encaminhados para as escolas os alunos com problemas de acesso à Internet, mas também os que “não têm o ambiente familiar adequado e aqueles que não estão a responder às tarefas que os professores lhes enviam”, diz o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima.

Este número “tem tendência a aumentar” até que o ensino presencial possa ser retomado, antecipa o mesmo responsável. “O ensino remoto é propício ao aumento do absentismo. Chamar os alunos para a escola é a forma de garantir que o absentismo não resulta num aumento do abandono”.

O Ministério da Educação elencou um conjunto de 700 escolas de referência para receber os alunos que têm aulas presenciais. No entanto, estão neste momento em funcionamento cerca de 1500 estabelecimentos de ensino, uma vez que várias direcções de agrupamento optaram por manter abertas outras instalações além da escola-sede, para responder a dificuldades de transportes ou facilitar o trabalho com alunos que necessitam de terapias específicas.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 2 de Março de 2021 • Ano XXXI • n.º 11.267 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Os meses da pandemia em Portugal



O ano em que a covid-19 pôs o SNS à prova e mudou o país

Pandemia penalizou trabalhadores jovens sem qualificações e precários • Portugueses em Wuhan: “Pensámos que era uma virose” • O ano em que o ARN entrou nas bocas do mundo • Um ano de ausências: a pandemia registada por artistas e escritores Destaque 2 a 9, Ciência, 27/28 e Cultura 29/30 • Mais em publico.pt/ano-pandemia

Câmara de Lisboa Moedas quer IL e Aliança na coligação contra Medina

Ex-comissário europeu em contactos para liderar uma frente de centro-direita que só deverá deixar de fora o Chega Política, 14

Investigação FPF abre processo contra dono da SAD do Portimonense

Theodoro Fonseca alvo de um processo disciplinar por representação e intermediação indevida de jogadores Desporto, 38/39

O mundo de amanhã “Governos têm de gastar para combater a pandemia”

Luis de Guindos, vice-presidente do Banco Central Europeu, diz que não é altura de o Estado retirar apoios Economia, 24/25



Carências Escolas já estão a alimentar 40% dos alunos que serviam antes

Estabelecimentos distribuem, em média, 45 mil refeições por dia, um sintoma dos problemas que vivem muitas famílias Sociedade, 16

França Sarkozy vai ter de cumprir um ano de prisão efectiva

O ex-Presidente Nicolas Sarkozy foi condenado a três anos de prisão pelo crime de corrupção e tráfico de influência Mundo, 21



Jogo Francisco Assis alerta para riscos das “raspadinhas”



O presidente do Conselho Económico e Social (CES), Francisco Assis, vai promover um estudo sobre o impacto social do vício da “raspadinha” e vai informar o executivo, na esperança de que este repondere o lançamento da nova lotaria instantânea.

“O Governo deveria reponderar o lançamento de uma nova lotaria instantânea,

que está prevista no Orçamento do Estado. Se eu tivesse responsabilidades governativas esperaria, no mínimo, pelo estudo que o CES vai promover”, disse Francisco Assis à agência Lusa. A realização do estudo está prevista no Plano de Actividades do CES para este ano, que foi ontem enviado aos membros do CES e deverá ser aprovado em plenário no dia 8.

De acordo com o Orçamento do Estado para 2021, o Governo vai criar uma lotaria instantânea para financiar intervenções no património cultural do país e espera receitas na ordem dos cinco milhões de euros.

Francisco Assis vai contactar investigadores da Universidade do Minho para que iniciem este estudo sobre as consequências sociais do vício da lotaria

instantânea, uma vez que, na sua opinião, “o problema é mais grave do que se pensa”.

“Temo que lançar mais uma raspadinha, embora a intenção seja boa, vá contribuir para agravar este problema de adicção que autodestrói pessoas dos sectores sociais mais desfavorecidos. (...) É imoral ignorar esta questão”, conclui o antigo eurodeputado do PS.



Lições de um ano para esquecer

Editorial



Manuel Carvalho



É arriscado ousar um exercício de optimismo quando a doença grassou, a morte se instalou e a crise levou tantas famílias à miséria. Mas, um ano depois, é fundamental ver em perspectiva o que se passou

Há muitas maneiras de ver o último ano. Com o pesadelo ainda à solta, faz sentido, no entanto, olhar para o que aconteceu desde 2 de Março de 2020 e deixar duas perguntas: fez-se tudo o que se podia para evitar a morte de mais de 16 mil portugueses? Os problemas expostos pela pandemia deixam-nos lições do presente para o futuro? Quanto à primeira pergunta, a resposta é óbvia: não se fez tudo, porque nem sempre foi possível saber o que fazer perante uma ameaça inesperada e desconhecida. Quanto à segunda, há um leque enorme de respostas possíveis, muitas contraditórias entre si, mas que, no essencial, permitem uma conclusão: perante a mais grave ameaça em muitas décadas, o país e as suas instituições resistiram.

Nos balanços deste ano negro, é inevitável que as perguntas e respostas se abram à politização. Fez

o primeiro-ministro, o Presidente da República ou a ministra da Saúde o que devia ter feito? Aqui, é normal e legítimo que as opiniões se dividam. Mas, também aqui, é obrigatório que se olhe para o desconhecimento, para as experiências internacionais, para o processo de decisão em cada fase da pandemia e se discuta o que se fez num contexto de incerteza. Caímos, assim, num terreno fértil para a especulação e a subjectividade. Fez-se mal sempre, ou só em Dezembro? E fez-se bem quando? A recente reeleição de Marcelo Rebelo de Sousa e as sondagens favoráveis a António Costa mostram-nos apenas que a maioria dos portugueses acredita que ambos fizeram o que podiam fazer. Vale o que vale.

Provavelmente é mais útil discutir como reagiu o país. Como respondeu colectivamente. E aí há razões mais objectivas para acreditarmos numa prova de maturidade. As regras

foram no geral cumpridas, sem manifestações violentas como vimos em tantos países. O sistema político manteve-se estável. O tecido produtivo revelou capacidade de adaptação. A ciência deu um contributo crucial. O debate foi rico e aberto. As escolas e os hospitais provaram eficiência e sentido de serviço público. A Europa ajudou. O plano de vacinação entrou nos eixos. O Estado não respondeu como devia nas moratórias ou nos apoios, mas exibiu esforço e noção de solidariedade.

É arriscado ousar um exercício de optimismo quando a doença grassou, a morte se instalou e a crise levou tantas famílias à miséria. Mas, um ano depois, é fundamental ver em perspectiva o que se passou. Se há um ano alguém previsse os efeitos trágicos da pandemia e dissesse que, apesar de tudo, o país continuaria de cabeça erguida, seria visto como um louco. Foi isso que aconteceu.

Governo cria prêmio para incentivar boas práticas florestais

Portugal vai passar a ter um prêmio bianual para projectos que, do ponto de vista técnico, científico e da comunicação, ajudem o país a melhorar as características da sua floresta. A distinção, com um valor de 50 mil euros, é uma das medidas que na próxima quinta-feira serão aprovadas num conselho de ministros especial, presidido por Marcelo Rebelo de Sousa e centrado nas temáticas da floresta e do combate aos fogos rurais.





Mundo UE quer alargar uso de certificados de vacinação contra a covid

Comissão propõe “passes verdes digitais” para facilitar circulação de pessoas na UE

Von der Leyen fez o anúncio no Twitter, mas a proposta ainda está a ser trabalhada. Ideia é agilizar passagem nas fronteiras para quem viaja em trabalho ou turismo, mas ainda não é claro como o sistema vai funcionar

Rita Siza, Bruxelas

A Comissão Europeia tenciona apresentar, já no próximo dia 17 de Março, uma proposta legislativa para alargar o âmbito da utilização dos certificados de vacinação contra a covid-19, que até ao Verão poderão vir a funcionar como “passes verdes digitais” que garantam a liberdade de circulação dentro da União Europeia e, eventualmente, para países terceiros.

A “novidade” foi anunciada, sem explicações adicionais, pela presidente da Comissão Europeia, numa mensagem no Twitter escrita em alemão, no final de uma reunião à porta fechada com os eurodeputados eleitos pela CDU e CSU no Parlamento Europeu, ontem.

“O nosso objectivo é facilitar a vida dos europeus. O passe verde digital vai permitir que os cidadãos possam movimentar-se com segurança na União Europeia e no estrangeiro, para trabalhar ou fazer turismo”, escreveu Ursula von der Leyen.

A Comissão não ofereceu mais nenhum esclarecimento, ou avançou qualquer detalhe sobre a proposta que está a ser preparada a nível técnico: apenas que se trata de um documento digital, com todas as garantias de segurança e protecção de dados e privacidade, para facilitar e agilizar os procedimentos nas fronteiras.

“Não podemos avançar mais detalhes, vai ser preciso esperar”, repetiram vários porta-vozes do executivo, que sublinharam que o texto legislativo que a Comissão vai apresentar diz respeito à liberdade de circulação, que é competência europeia, e não tem a ver com as medidas restritivas decididas por cada Estado-membro no âmbito do combate à pandemia.

“Estamos a falar de um documento para facilitar a liberdade de movimento e a circulação nas fronteiras. As questões relacionadas com o uso dos certificados no contexto nacional e no interior de cada país é outro assunto”, distinguiu o porta-voz da Comissão.

Ou seja, não é claro se o “passe digital” servirá para evitar a actual cacofonia de requisitos para a transposição de fronteiras e a circulação entre zonas de cores diferentes no mapa de risco epidemiológico, ou se também permitirá que os viajantes já imunizados contra a covid fiquem isentos de cumprir medidas restritivas, como quarentenas, à chegada ao destino.

Essa era a ideia do “passaporte de



Marta Temido presidiu ontem à reunião informal por videoconferência dos ministros da Saúde da União Europeia

vacinação” originalmente apresentada pelo primeiro-ministro da Grécia, Kyriakos Mitsotakis, recebida com entusiasmo pelos Estados-membros cujas economias mais dependem do turismo, caso de Portugal, mas mereceu várias críticas e reparos de outros líderes e da Comissão Europeia.

Grécia, Chipre ou Áustria, não ficaram à espera de consenso a 27 e já avançaram, assinando acordos bilaterais com Israel, que podem ser replicados com o Reino Unido. O vice-presidente da Comissão com a pasta da Promoção do Modo de Vida Europeu, Margaritis Schinas, desaconselhou essa abordagem, defendendo o “conceito de um produto europeu”.

Apesar de sublinhar que este ainda

Texto legislativo a apresentar a 17 de Março diz respeito à liberdade de circulação e não às medidas anticovid

não é o momento para “encorajar as deslocações não essenciais” dentro da UE, Schinas disse que o objectivo da proposta é “levantar as restrições” para “facilitar a mobilidade” mas “evitando a discriminação” dos cidadãos da UE.

É por isso que, tal como os chefes de Estado e Governo já tinham acertado na reunião por videoconferência do Conselho Europeu da semana passada, o passe verde digital deverá certificar que o indivíduo que se propõe viajar não representa um risco para a saúde pública, porque tomou a vacina, obteve um resultado negativo num teste PCR ou desenvolveu anticorpos por ter estado doente com covid-19.

Utensílio importante

A ministra da Saúde, Marta Temido, que ontem presidiu à reunião informal do Conselho da UE onde o assunto foi novamente discutido, salientou a importância da criação de um mecanismo, “com uma designação inteligível para todos os países”, que fixe uma base comum para os movimen-

tos dos cidadãos em segurança. “Será mais um utensílio a contribuir para um retorno progressivo à normalidade”, considerou.

Conclusão semelhante saiu da reunião informal dos responsáveis pelo Turismo na UE, para quem a “promoção da confiança dos consumidores para a reabertura e recuperação” do sector passa também pela “criação de instrumentos, como um certificado de saúde ou uma aplicação para viajantes, que incluam critérios e requisitos comuns”.

Na semana passada, Ursula von der Leyen refreou as expectativas dos líderes europeus quanto a um instrumento do género, ao estimar que seriam necessários “pelo menos três meses” para pôr de pé a infra-estrutura para a interoperabilidade do sistema. “É importante dizer que isto demora algum tempo, pelo menos três meses, para as expectativas não serem muito altas, muito cedo.”

A presidente da Comissão também apontou a necessidade de responder às incógnitas científicas e ultrapassar as reservas políticas antes de fechar o

modelo para o uso dos certificados de vacinação ou passes verdes digitais.

As dúvidas da ciência dificilmente serão resolvidas antes da próxima cimeira europeia de 25 e 26 de Março (quando está previsto que os chefes de Estado e Governo apreciem a proposta da Comissão), uma vez que os estudos sobre o período de imunidade garantido pela vacina, ou a possibilidade de os indivíduos vacinados serem ou não transmissores do vírus estão a decorrer em tempo real.

Do ponto de vista político, há um dilema maior para resolver, como demonstrou a reacção imediata da ministra dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Sophie Wilmès, que depois do anúncio da presidente da Comissão escreveu no Twitter que era má ideia “vincular a liberdade de movimento na Europa” à posse de um certificado digital. “O respeito pelo princípio da não-discriminação é mais fundamental do que nunca, uma vez que a vacinação contra a covid não é obrigatória, e o acesso à vacina não está generalizado”, lembrou.



TRABALHO

**DESEMPREGO
A CRESCER**

Milhares de pessoas perderam o emprego devido à pandemia, pois muitas empresas viram-se obrigadas a fechar portas. Mais uma vez, são os pequenos negócios que sofrem, pois os grandes têm sempre quem os defenda.

JOÃO ALVES AMADORA



Groundforce recusou proposta para salários

PORTUGAL O Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes de Portugal disse que o maior acionista da Groundforce, a Pasogal, não terá aceiteado uma proposta para desbloquear as verbas para o pagamento dos salários dos trabalhadores. O STTAMP denunciou que os cerca de 2400 trabalhadores estavam a ser informados que os salários de fevereiro não vão ser pagos nos próximos dias.



Sistema de formação profissional terá a maior fatia: 710 milhões de euros

PRR prevê apoio de cinco mil euros para contratar sem termo

Adultos que só tenham estudado até ao 9.º ano terão um programa de literacia, através de projetos locais

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

TRABALHO O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) reserva 230 milhões de euros para financiar, em dinheiro, a contratação de 30 mil pessoas por empresas, com contratos permanentes. O financiamento será dado durante um ano, através de uma transferência em dinheiro e da isenção de parte das contribuições para a Segurança Social.

O objetivo da “venda de promoção do trabalho digno”, como é apelidado no PRR, é melhorar as condições de trabalho das pessoas mais atingidas pelos desemprego após a primeira vaga da pandemia: os precários, os jovens e as mulheres, elencou Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho e da Segurança Social, numa sessão pública ocorrida no último dia de discussão alargada do plano.

O apoio será dado por duas vias. Primeiro, uma transferência em dinheiro de 5265,72 euros por cada pessoa contratada. Esse valor será majorado (aumentado) em 25% se o trabalhador ti-

ver menos de 35 anos e em outro tanto (acumulável) se a remuneração base for igual ou superior a dois salários mínimos (1330 euros). Soma-se uma terceira majoração, de 30%, se a pessoa for do sexo sub-representado na profissão em causa, como por exemplo homens na enfermagem ou mulheres nas tecnologias de informação.

OBJETIVOS

60% no Superior

A meta para 2030 é ter 60% dos jovens de 20 anos a frequentar o ensino superior e 50% das pessoas de 30 a 34 anos.

Liberalizar profissões

O compromisso é antigo: diminuir os entraves ao acesso a profissões reguladas, como advogados, notários ou solicitadores.

Adultos açorianos

Para modernizar 15 escolas e conseguir até 1550 adultos em formação profissional, os Açores terão 29 milhões de euros.

Em segundo lugar, a empresa só terá que pagar metade da contribuição para a Segurança Social, durante um ano, incluindo os subsídios de férias e de Natal.

LITERACIA DE ADULTOS

Dos 1,359 mil milhões de euros para a área das qualificações e competências previstos no PRR, 250 milhões têm como destino dois programas para adultos. O plano de literacia criará 600 projetos locais para reduzir a iliteracia de adultos que só tenham estudado até ao 9.º ano. O Impulso Adultos será canalizado para instituições do ensino superior, em articulação com empresas, para dar a 26 mil pessoas formações de curta duração, já a partir do próximo ano letivo.

Para o Superior, haverá um concurso único, de 140 milhões, para dar a 20 mil jovens formação nas áreas STEAM (ciências, tecnologias, engenharias, artes e humanidades e matemática, no acrónimo em inglês). Será abrangida a Ciência Viva: passará a haver um clube em cada agrupamento de escolas. ●



Guardas-florestais queixam-se de ser ignorados pela GNR

Falta de condições de trabalho e omissão da sua participação em missões apontadas por sindicato

PROTESTO A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais acusa a GNR de “continuar a ignorar e a não valorizar deliberadamente a existência no seu quadro de pessoal civil de mais de 400 guardas flo-

restais”. Queixam-se de que o seu papel nas missões da Guarda é omitido e de falta de condições de trabalho.

Para a Federação, trata-se de um comportamento “inaceitável” de “desvalorização do papel e de intervenção dos guardas-flo-

restais na sua missão de defesa da floresta e do património cinegético e piscícola nacional”. “Tal facto traduz-se na desvalorização profissional e salarial, na ausência de condições e meios de trabalho, a que estes trabalhadores estão sujeitos”, defende. Desde 2006 que os guardas-florestais integram a GNR.

Entre as ações em que estes participaram recentemente, está a deteção, em Monforte, do “corte rente e a poda mal executada” de cerca de três mil azinheiras, atribuída, no comunicado divulgado pela GNR, aos “militares da Guarda”.

“Nada de mais falso, porquanto quem detetou a infração e levantou os respetivos autos foi a Equipa de Proteção Florestal, a qual é composta exclusivamente por guardas-florestais, profissionais habilitados e com as competências legais adequadas por efeito”, alega a federação de sindicatos.

Esta crítica, ainda, a falta de referência explícita à participação de guardas-florestais numa reportagem “sobre a campanha de sensibilização das populações para a limpeza dos terrenos rurais em volta das habitações”. ● **INÊS BANHA**



PRIMEIRA LINHA UM ANO DE COVID-19

O ano em que a covid fechou a economia em casa

Em apenas 12 meses, mudou quase tudo: a casa passou a ser o centro da atividade económica e o que não cabe dentro dela encolheu. Esta é a história da pandemia contada pelos números.

MARGARIDA PEIXOTO*
margaridapeixoto@negocios.pt

O carro ficou parado à porta e os transportes públicos mais vazios. A escola passou a ser ao lado da cozinha - ou até na cozinha - com os professores a dar aulas em videoconferências, mesmo ao lado de reuniões de trabalho dos pais. As idas ao supermercado foram reduzidas ao mínimo e a maior parte das compras passou

a ser entregue à porta. Acabaram-se os passeios nos centros comerciais em dias de chuva. 2020 foi o ano em que a economia se fechou em casa, e esta é uma história que também se conta nos números.

Quando foi confirmado o primeiro caso de covid-19 em Portugal, precisamente há um ano, ninguém conseguia antecipar muito bem o que aí vinha. Mas não foi preciso esperar muito: para travar os contágios, em dez dias o Governo viu-se forçado a aplicar medidas de confinamento duras.

O teletrabalho foi tornado obrigatório sempre que possível, as escolas ficaram em regime de ensino à distância, os restauran-

tes e o comércio de bens não essenciais fecharam, a fronteira com Espanha foi encerrada para turismo e lazer. Estas regras começaram a ser aliviadas em maio, mas dois meses chegaram para fazer história. Sabe-se agora, através de um novo indicador criado pelo Banco de Portugal, que nesse período a atividade económica atingiu quedas diárias superiores a 20%, quando comparada com os mesmos dias de 2019.

Olhando para os dados tradicionais do PIB, a contração foi igualmente impressionante. No primeiro trimestre, o confinamento em março foi o suficiente para atirar a economia para uma queda

de 4%, face ao final de 2019. No segundo, a atividade em cadeia afundou até aos 13,9%.

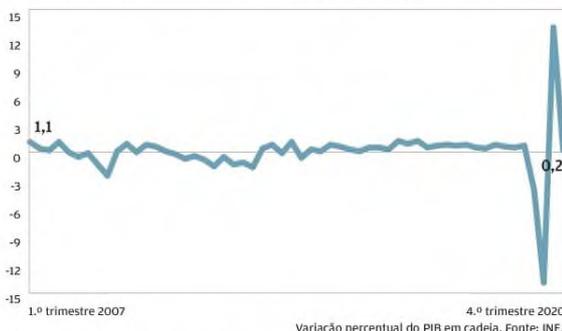
Esta contração não tem comparação com nada do que se tinha passado na história recente de Portugal. A grande crise financeira ao pé destes números parece ligeira, com a maior contração trimestral desse período a ficar-se pelos 2,5%, no primeiro trimestre de 2009. O que se viveu agora foi, em contrapartida, a maior queda trimestral da democracia portuguesa, mostram os dados do INE e do Banco de Portugal.

O balão de oxigénio do verão
Chegados ao verão, o calor abran-



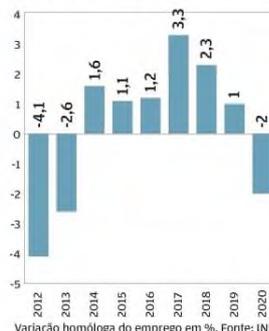
O IMPACTO DA PANDEMIA EM 18 GRÁFICOS

PIB COM MAIOR CONTRAÇÃO DA DEMOCRACIA



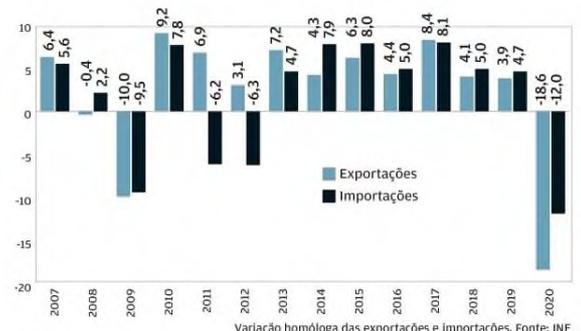
À luz do histórico do indicador do PIB, a queda verificada no segundo trimestre de 2020 foi como um terramoto. A economia ficou em suspenso, com todos os serviços e comércio fechados, à exceção dos considerados essenciais. As escolas entraram em regime de ensino à distância e o dever de recolher obrigatório foi genericamente cumprido. Segundo as séries históricas compiladas pelo Banco de Portugal, a queda de 13,9% do PIB foi a maior da democracia. O terceiro trimestre foi de recuperação.

EMPREGO AGUENTA



Em 2020 a economia destruiu 2% dos postos de trabalho. Ainda assim, o embate foi pequeno comparativamente com o sentido, por exemplo, na grande crise económica e financeira. Isso explica-se sobretudo pelo recurso ao lay-off.

COMÉRCIO INTERNACIONAL COLAPSA



A pandemia afetou o mundo inteiro e por isso o consumo dos principais parceiros comerciais de Portugal também colapsou. A quebra nas exportações portuguesas (18,6%) foi ainda maior do que a contração verificada nas importações (12%). Como consequência, o excedente comercial que tinha sido conquistado no tempo da troika perdeu-se e o país registou um défice. Ainda assim, contando com os rendimentos, a balança corrente ainda ficou ligeiramente positiva em 2020.



Centeno passou a pasta a Leão em pandemia

A 9 de junho, em plena pandemia de covid-19, Mário Centeno entregou a pasta do Ministério das Finanças ao seu até então secretário de Estado do Orçamento, João Leão. Centeno ainda entregou o Orçamento Suplementar para responder à covid-19, mas já foi Leão quem defendeu a estratégia perante os deputados da Assembleia da República. Agora, a partir do Banco de Portugal, Centeno continua a monitorizar a atividade económica. Para este ano, o ex-ministro vê a economia a crescer apenas 3,9%. Leão também já disse que vai ajustar a projeção com que construiu o OE 2021, que ainda era de 5,4% em outubro.

Fotografia: António Pedro Santos/LUSA

PESSIMISMO INSTALADO



Evolução dos Índices de Confiança dos Consumidores e do Clima Económico. Fonte: INE

A confiança das famílias e dos empresários afundou vertiginosamente na primeira vaga de covid-19, mostra o indicador de confiança dos consumidores e o indicador de clima, do INE. Depois, tanto os empresários, como as famílias recuperaram as suas expectativas, mas face ao sentimento pré-covid, os agentes estão agora mais pessimistas. A maior diferença face aos níveis pré-covid está nas famílias, que se mostram mais preocupadas com o futuro da situação económica do país.

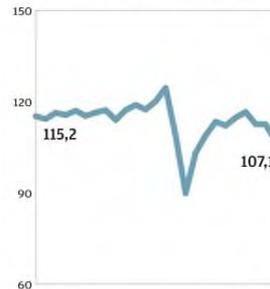
ATIVIDADE AINDA NO VERMELHO



Indicador diário de atividade do Banco de Portugal (média semanal). Fonte: Banco de Portugal

Praticamente um ano depois da pandemia, o indicador diário do Banco de Portugal continua no vermelho. Na primeira vaga de covid-19, quando foi decretado o primeiro grande confinamento, as quebras chegaram a superar os 20%, face aos ritmos de atividade de 2019. Agora, a 21 de fevereiro de 2021, o ritmo de atividade ainda estava 2,1% abaixo do valor registado no ano passado. Mas a diferença do impacto deste segundo confinamento estrito é assinalável, com a economia a mostrar adaptação.

RETALHO EM BAIXA



Índice do comércio a retalho. Fonte: INE

O volume de negócios do comércio a retalho chegou a níveis inferiores aos de 2015. Depois do abalo do primeiro confinamento, houve uma recuperação, mas já não para os valores pré-covid. Agora, a tendência volta a ser descendente.

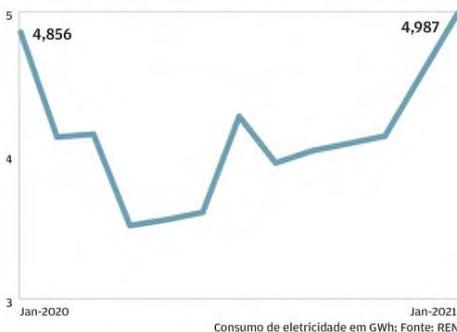


ID: 91494879

02-03-2021

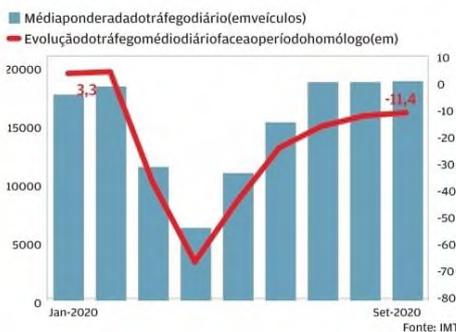
PRIMEIRA LINHA UM ANO DE COVID-19

FRIO FEZ DISPARAR ELETRICIDADE



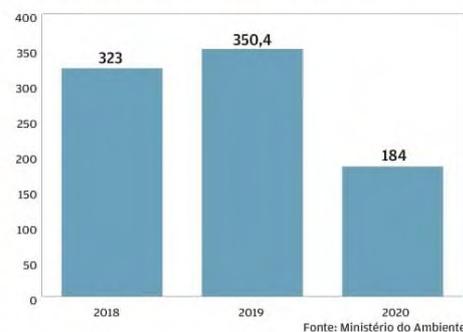
O consumo de eletricidade foi logo um dos indicadores a cair no primeiro confinamento. Recuperou no último trimestre de 2020, e voltou a subir em janeiro deste ano, devido à onda de frio em Portugal. Face ao primeiro mês de 2020 - em que as atividades ainda estavam a funcionar em pleno -, o janeiro deste ano registou um aumento de 2,7%. Mas a REN realçou que na segunda quinzena de janeiro já se registou quedas. **AM**

MENOS 2.750 VEÍCULOS POR DIA



O tráfego nas autoestradas registou no ano passado uma quebra de 23% face a 2019, tendo havido uma redução superior a 2.750 veículos diários, segundo a APCAP. Depois de nos primeiros dois meses de 2020 ter crescido 5%, a declaração de estado de emergência na segunda quinzena de março conduziu a uma queda, que no primeiro trimestre atingiu os 11% e 46% no segundo. No verão o tráfego melhorou, mas em termos homólogos caiu. **MJB**

PROCURA NOS METROS CAI 75%



A procura dos metros de Lisboa e Porto era, no final de janeiro, de 25% em relação ao período homólogo de 2020. Na Transtejo o número de passageiros era de 34%. Na STCP, a procura caiu 47% de janeiro para fevereiro. A Carris registou na primeira semana do novo confinamento uma quebra de 23% nos dias úteis. No ano passado, entre março e dezembro, as principais empresas de transporte público de Lisboa e Porto tiveram menos 56% de passageiros. **MJB**

dou os contágios e as medidas de confinamento foram aliviadas. Estavam em vigor uma série de apoios às empresas e aos trabalhadores, com destaque para o lay-off, que permitiu manter os postos de trabalho, apesar da suspensão de atividade das empresas. Aliás, isso ajuda a explicar porque é que o mercado de trabalho se seguiu em 2020, com o emprego a cair apenas 2% - uma contração curta quando comparada, por exemplo, com a do tempo da troika.

Uma vez aliviadas as medidas de confinamento, a atividade económica respondeu, mas muitos números mostram que a ideia inicial, de que seria possível colocar

-7,6%

RECESSÃO

A economia registou em 2020 a maior recessão da democracia. O PIB caiu 7,6% face a 2019, mostram os dados do INE.

a economia em pause para depois carregar no play e continuar tudo como dantes, não era realista.

Por exemplo, depois de ter afundado em abril 22,2%, o índice de volume de negócios do comércio a retalho recuperou no verão. Mas setembro foi o único mês em que se conseguiu registar um crescimento mínimo de 0,6%. Em todos os outros o indicador continuou no vermelho, o que quer dizer que os empresários ficaram muito longe de recuperar as vendas perdidas durante o encerramento temporário.

Nas viagens aéreas, os dados são ainda mais expressivos: o número de passageiros nos aeropor-

tos nacionais caiu 95% em junho, 80% em julho, 66% em agosto e 70% em setembro. As dormidas em alojamentos turísticos contam uma história idêntica, com quebras mensais entre 47% e 85% durante os quatro meses de calor.

É certo que, em comparação com o segundo trimestre do ano, a economia cresceu a um bom ritmo (o PIB subiu 13,3%), mas não foi muito mais do que um balão de oxigénio.

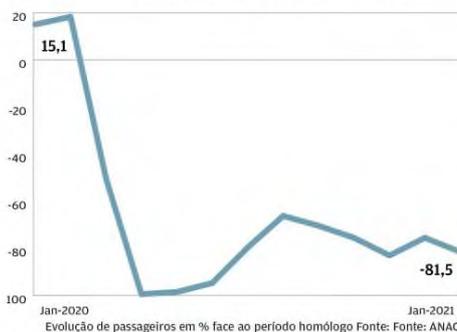
Uma das principais atividades da economia portuguesa, o turismo, continua altamente prejudicada e o crescimento do verão passado não chegou para compensar as perdas vívidas antes. Sobretu-

-18,6%

EXPORTAÇÕES

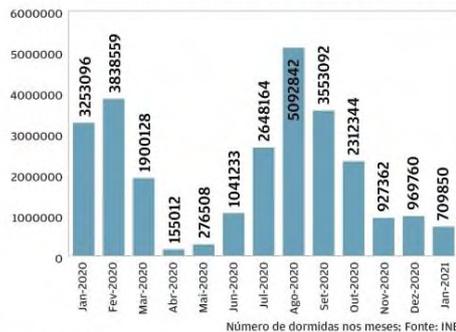
Esta foi a queda das exportações nacionais em 2020. As importações também recuaram, mas menos (caíram 12%).

AEROPORTOS COM MENOS GENTE



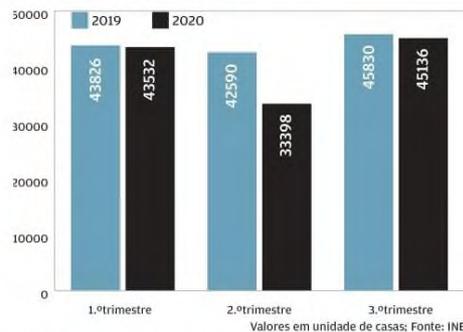
A queda do tráfego de passageiros nos aeroportos nacionais voltou a acentuar-se no primeiro mês deste ano, chegando, face ao período homólogo, aos 81,5%. Depois de crescimentos de 15% e 18% nos primeiros dois meses de 2020, as restrições às viagens provocaram um recuo de 50% em março. Nos meses seguintes, com os aviões em terra, os decréscimos chegaram a passar os 99%, tendo no verão sido possível registar alguma melhoria. **MJB**

TURISMO COM QUEBRAS HISTÓRICAS



A retoma tarda em chegar ao turismo. A tendência é de contração acentuada desde o primeiro confinamento e a ligeira recuperação nos meses de verão não chegou para compensar o resto do ano. Em 2020, Portugal registou 26 milhões de dormidas, uma queda de 63%, para mínimos de 1993. Em janeiro de 2021, o cenário agravou-se e as dormidas caíram 78%. O setor espera uma retoma tímida a partir de abril. **RB**

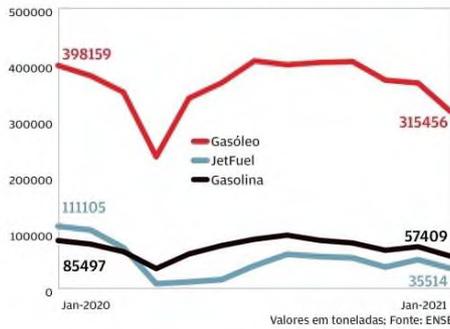
IMOBILIÁRIO RESISTE



O imobiliário é um dos setores que têm resistido à pandemia, ainda que não saia ileso. No segundo trimestre de 2020, marcado pelo primeiro confinamento, o número de casas vendidas derrapou 21%. Contudo, no terceiro trimestre, com a retoma da atividade económica, a queda já foi de apenas 1,5%. Ao mesmo tempo, a subida dos preços fez com que o montante total de vendas seja praticamente igual ao de 2019. **RB**

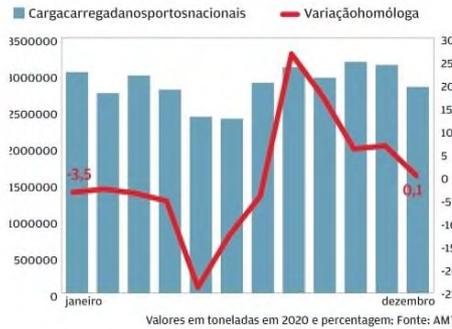


CONSUMO DE COMBUSTÍVEL AFUNDA



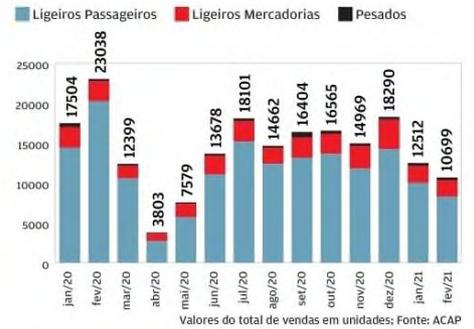
O consumo de combustíveis aprofundou no ano passado influenciado pela quebra expressiva no jet fuel, usado pelos aviões. Mas o consumo de combustível rodoviário - gasolina e gasóleo - também recuou, em particular nos períodos de confinamento. Entre meados de março e o final de abril o consumo destes dois combustíveis caiu a pique. O diesel recuperou mais rapidamente do que a gasolina com a reabertura. **PC**

MAIS CONTENTORES E MENOS CARVÃO



O movimento nos portos do continente caiu 6% em 2020, para um volume total de 81,85 milhões de toneladas, para o que contribuíram o carvão, assim como os produtos petrolíferos. Já o mercado de carga contentorizada cresceu no ano passado 5,1%. Com o estado de emergência, o movimento de carga caiu logo em abril 5,3%, tendo em maio o decréscimo atingido os 29%. Agosto e setembro foram de subida, para em outubro voltar a quedas. **MJB**

VENDAS DE CARROS CAEM 33,9%



2020 foi um ano negro para o setor automóvel com as vendas de veículos novos a caírem 33,9%, para mínimos desde 2014. Portugal foi o terceiro país europeu com maior quebra. O impacto da pandemia fez-se sentir logo em meados de março, quando os concessionários foram encerrados. A reabertura em maio permitiu alguma recuperação, mas em nenhum dos meses as vendas cresceram em termos homólogos. **PC**

do, sabendo-se agora que o inverno seguinte traria uma nova vaga de covid-19, que acabaria por se tornar muito mais violenta do que a primeira.

A aprendizagem com o que tinha sido o primeiro grande confinamento permitiu que a economia não sofresse tanto como quase um ano antes, mas mesmo assim os indicadores tornaram evidente a interrupção da recuperação do verão e levaram a rever em baixa o crescimento previsto para 2021. O PIB ficou praticamente estagnado no quarto trimestre de 2020, face ao terceiro, e para o primeiro trimestre deste ano a expectativa é uma nova contração. Portugal

-95%

PASSAGEIROS
Em junho, quase não houve passageiros nos aeroportos portugueses, a queda homóloga foi de 95%. Em agosto a queda foi de 66%.

deverá ter de esperar até 2022 para recuperar o nível de atividade de pré-pandemia.

A casa no centro da economia

O que os números mostram também é que em apenas um ano a economia não só encolheu, como mudou radicalmente. A casa passou a ser uma unidade produtiva fundamental: foi ali que se fizeram os principais consumos e os que não são compatíveis com o lar, caíram abruptamente.

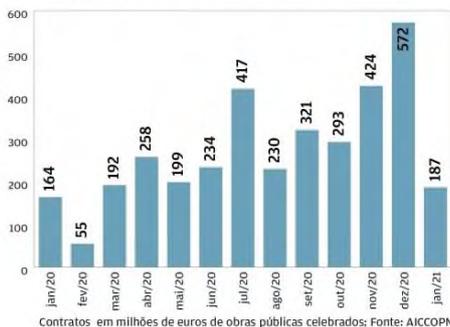
Os dados INE revelam que o consumo privado atingiu a maior queda, pelo menos, dos últimos 25 anos, quando se iniciou a atual sé-

rie estatística. Numa análise mais detalhada, verifica-se que as famílias cortaram em todos os tipos de consumo - bens duradouros, correntes e serviços - à exceção dos bens alimentares. Esses mostram a transferência de atividade dos restaurantes para a casa.

Como o saldo do consumo foi muito negativo, as importações foram também arrastadas para o vermelho (caíram 12%). Mas Portugal não está sozinho a lutar contra a covid-19, trata-se de uma pandemia, e por isso também os consumos dos principais parceiros comerciais caíram. A consequência ficou à vista nos dados das exportações: recuaram 18,6% em 2020.

Numa análise por setores de atividade, verifica-se que todos, à exceção da construção, baixaram a sua produção. A maior queda foi no comércio, alojamento e restauração (de 12,7%), mas a indústria também aprofundou (7,7%), bem como os transportes, armazenagem e atividades de comunicação (5,7%). As atividades financeiras e imobiliárias recuaram apenas 0,1% e a construção segurou-se, com um crescimento de 3,3%. Vale a pena notar que no ano da pandemia, o comércio e os serviços pesaram menos no PIB do que as atividades financeiras e imobiliárias. Mas é cedo para dizer se esta mudança veio para ficar. **■*Com AM/MJB/RBR/PC**

CONSTRUÇÃO CONSEGUIU CRESCER



Em 2020, a construção conseguiu crescer 2,5%, com o valor bruto de produção a atingir 13.739 milhões de euros. O crescimento foi suportado principalmente pela produção do segmento dos edifícios residenciais, que aumentou 4,5%, mas também pelo da engenharia civil, que subiu 3%. Os concursos de obras públicas totalizaram 4.822 milhões de euros, mais 20% face a 2019 e os contratos celebrados atingiram os 3.359 milhões de euros, mais 26%. **MJB**

LEVANTAMENTOS DERRAPAM



Os hábitos de pagamento alteraram-se. Em 2020, tanto os levantamentos como as compras com cartão caíram, mas não no mesmo nível. O montante total levantado no Multibanco caiu 12% em 2020 e o volume total de compras com cartão caiu 3,6%. Mas desde junho de 2020 que as compras com cartão vão recuperando, ainda que não de forma linear, enquanto a tendência de queda dos levantamentos é constante. **RBR**

NUNCA SE COMUNICOU TANTO



O tráfego de voz e dados disparou logo no início do primeiro confinamento do ano passado, revelando os dados da Anacom que este ano, em janeiro, voltou a disparar. Mas desde fevereiro do ano passado que o tráfego - tanto de voz como de dados - não desceu aos patamares que tinha antes registado. Só em dezembro acabou por haver menos tráfego, mas ainda assim a valores elevados. **AM**



A gestão da pandemia trouxe dividendos políticos a António Costa durante o ano passado, mas o descontrolo no início deste ano parece ter causado algum desgaste na sua imagem.

Será que António Costa vai conseguir sair ileso da pandemia?

A popularidade do primeiro-ministro não foi beliscada durante quase todo o primeiro ano da pandemia, mas o descontrolo de janeiro parece ter feito alguma mocha. O aparente fim da aliança institucional com Marcelo, as consequências sociais e económicas da covid-19 e a tentativa de afirmação de Rio ameaçam a imunidade de Costa.

MANUEL ESTEVES
mesteves@negocios.pt

Esta terça-feira cumpre-se um ano desde que foi identificado o primeiro caso de covid-19 em Portugal e, nestes 12 meses, tão atípicos quanto atribulados, a popularidade de António Costa manteve-se imune à pandemia, que também não beliscou as intenções de voto no PS, pelo contrário. Só que os mesmos fatores que explicam esta resistência

ameaçam conjugar-se para colocar a popularidade de Costa e do Governo em sentido descendente e os números da última sondagem da Intercampus dão um sinal de alerta. A avaliação feita ao Governo voltou aos níveis de fevereiro, ou seja, pré-pandemia (ver gráfico).

Segundo a Intercampus, António Costa detinha uma avaliação de 3 pontos em fevereiro do ano passado, que logo escalou para 3,4 em março e para o pico de 3,8 em abril. Foi uma evolução natural e que os cientistas políticos explicam pelo efeito "rally-round-the-flag". Isto é, num cenário de crise e perante um inimigo externo (duas características

da crise da covid-19), há tendência para maior unidade em torno de quem detém o poder executivo e para a oposição reduzir o nível crítico. "É o efeito de apoio ao Governo numa situação de crise absoluta com a defesa do status quo e a recusa de uma crise política no momento de combate à pandemia", explica Marina Costa Lobo.

"Aliança estratégica e instrumental"

A investigadora do ICS nota que, em relação ao primeiro-ministro português, "esse movimento 'rally-round-the-flag' podia já entrado em erosão como aconteceu noutros países", mas as presidenciais

ajudaram a travar tal hipótese.

A tentativa de reeleição de Marcelo Rebelo de Sousa foi determinante para manter de pé "uma espécie de aliança institucional, e de interesse mútuo, entre o primeiro-ministro e o Presidente da República". "Em busca da reeleição, Marcelo procurava também o voto da esquerda e, para vencer à primeira volta, precisava de votos de eleitorado do PS. António Costa preferiu não apresentar candidato oficial e surfar a onda de popularidade de Marcelo que, em contrapartida, apoiou tudo o que o Governo fez no combate à pandemia", anota Costa Lobo.

A politóloga refere que "esta aliança estratégica e instrumental

despolitizou a pandemia", jogando a favor da popularidade de Costa e do Governo, mas salienta que o Presidente "já não tem os mesmos incentivos para apoiar o Governo". No discurso de vitória, o Presidente prometeu ser mais exigente com o Executivo na gestão da pandemia.

Marina Costa Lobo considera que "Marcelo está a descolar de Costa" e que "isso vai abrir um pouco o espaço político", e dá como exemplo "a pressão exercida pelo Presidente sobre o desconfinamento". Outro exemplo diz respeito ao último discurso presidencial de renovação do estado de emergência, com Marcelo a justificar a impossibilidade de iniciar já



SEIS LÍDERES, SEIS HISTÓRIAS DIFERENTES



GIUSEPPE CONTE
Ex-primeiro-ministro italiano



ANGELA MERKEL
Chanceler alemã



JUSTIN TRUDEAU
Primeiro-ministro canadiano



BORIS JOHNSON
Primeiro-ministro britânico



EMMANUEL MACRON
Presidente francês



PEDRO SÁNCHEZ
Primeiro-ministro espanhol

O agora ex-primeiro-ministro italiano tirou partido da crise sanitária para reforçar a popularidade, mesmo durante a fase inicial da pandemia, que fez de Itália o país mais fustigado pelo novo coronavírus. Giuseppe Conte atingiu o máximo de popularidade desde que assumiu a chefia do Governo, em 2018, já depois das primeiras semanas de combate à pandemia. Já o primeiro-ministro demissionário, a 13 de fevereiro, mantinha uma aprovação de 60% e a queda do seu Executivo ficou a dever-se a manobras partidárias relacionadas com o aproveitamento da bazuca europeia e não com uma quebra de popularidade.

De acordo com a taxa de aprovação medida pelo Morning Consult Political Intelligence, até ao mês de março de 2020, altura em que a covid-19 foi declarada uma pandemia e em que esta atingiu em força a Europa, a chanceler alemã registava uma nada usual taxa de reprovação de 53%. Angela Merkel beneficiou claramente do efeito “rally-round-the-flag” para, ainda nesse mês de março, atingir um nível de aprovação superior ao de reprovação e para, a 24 de abril, atingir o patamar dos 58% de aceitação. A 16 de fevereiro, a chanceler, que termina o respetivo mandato em setembro, continuava com uma avaliação positiva de 56%.

Tal como a generalidade dos líderes internacionais, também o primeiro-ministro do Canadá foi favorecido pelo sentimento de unidade inerente a uma crise gerada por um agente externo. Mas se Justin Trudeau conseguiu, ainda em março de 2020, inverter a tendência e passar a registar uma taxa de aprovação superior à de reprovação, a partir de janeiro último iniciou-se nova tendência de inversão. Assim, desde meados de fevereiro, Trudeau apresenta mais canadianos a reprovarem o seu trabalho do que a aprovar, realidade explicada pelos problemas relacionados com o processo de vacinação e as críticas ao planeamento feito pelo Governo.

A 1 de março de 2020, o primeiro-ministro britânico recebia 45% de aprovação e 46% de reprovação, realidade logo invertida e que possibilitou a Boris Johnson disparar para os 66% de aprovação a 12 de abril. Aí, o conservador beneficiava não apenas do efeito “rally-round-the-flag”, mas também da solidariedade decorrente do internamento por covid. A deterioração da crise, que em junho deixava o Reino Unido com o segundo número mais alto de mortes por covid, inverteu a tendência e mantém Boris Johnson com maior reprovação do que aceitação. Já a célere vacinação em território britânico recolocou a sua taxa de aprovação num movimento ascendente.

Quando a pandemia eclodiu no continente europeu e atingiu França, já Emmanuel Macron surgia avaliado como um dos Presidentes mais impopulares de França, situação sobretudo verificada desde a irrupção das manifestações dos coletes amarelos em finais de 2018. Assim, até março do ano passado, o Presidente gaulês mantinha taxas de reprovação sempre acima dos 60%. A crise pandémica teve a virtude de reduzir a impopularidade de Macron e fazer alternar a sua taxa de reprovação entre os 50% e os 60%, ainda assim insuficiente para fazer dele um Presidente popular. Macron segue empatado com Marine Le Pen nas sondagens para as presidenciais de 2022.

A frágil coligação que suporta o governo do socialista Pedro Sánchez já fazia do primeiro-ministro espanhol um líder impopular antes ainda da chegada da crise sanitária. Realidade que se manteve até às primeiras semanas de junho, pelo que o líder do PSOE não foi beneficiário do sentimento de unidade em torno do poder executivo causado pelo combate à pandemia, aliás visível na dura oposição feita pela direita. Só na última quinzena de julho Sánchez conseguiu atingir uma taxa de aprovação maior do que a de reprovação. Num país dividido por persistentes ímpetus soberanistas e que voltou a ser duramente atingido na segunda e terceiras vagas, Pedro Sánchez regista uma taxa de reprovação de 61%.

um desconfiamento gradual invocando três razões, duas delas de responsabilidade direta do Governo (falta de capacidades de testagem e rastreio do vírus).

Ausência de alternativa

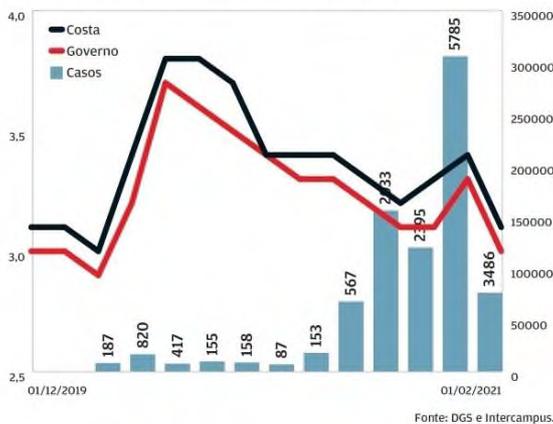
Há outro fator que ajuda a justificar a popularidade quase inalterada de Costa e um PS estabilizado acima dos 35% nas sondagens, sempre com vantagens superiores a 10 pontos percentuais para o PSD. E prende-se precisamente com a incapacidade de os sociais-democratas descolarem dos vinte e pouco por cento.

“Rui Rio não tem protagonizado uma alternativa. Os portugueses não veem o presidente do PSD como uma alternativa credível ao Governo e isso importa porque a mudança tem de ser visualizada”, avalia a investigadora do ICS. Só que esta circunstância pode estar a mudar, com Rio, ameaçado pelo fantasma de re-

AVALIAÇÃO DO GOVERNO EM NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA

Evolução do número de casos e da avaliação ao primeiro-ministro e ao Governo

O gráfico sugere uma correlação negativa entre a gravidade da crise sanitária e a popularidade do Governo. Depois do máximo de maio, a avaliação de Costa e do Governo entraram em trajetória descendente e este mês atingiu o mínimo, refletindo a explosão de casos de janeiro, segundo a Intercampus.



gresso de Passos Coelho, a dar o tudo por tudo para se afirmar e diferenciar do primeiro-ministro, o que o levou a abrir hostilidades a propósito do que diz ser uma gestão errática da pandemia.

Soma-se a estes fatores a deterioração do panorama económico e, consequentemente, social. Marina Costa Lobo sinaliza que, nas sondagens ICS-ISC-TE, “as expectativas económicas dos portugueses estão a tornar-se mais pessimistas e isso terá reflexo na popularidade do Governo e do primeiro-ministro”. Fazendo jus à máxima de que os eleitores votam com a carteira, a política acredita que será a dimensão da crise económica, à qual Portugal é “particularmente vulnerável, a determinar a evolução da popularidade de António Costa”.

Inversão a caminho?

Em janeiro, o PS ainda se posi-

cionava nos estudos da Intercampus como o partido mais beneficiado pela pandemia, porém, em fevereiro, já recuou meio ponto face ao mês anterior. Mais alarmante, porém, são as notas atribuídas, em fevereiro, ao primeiro-ministro (3,1) e ao Governo (3), que representam mínimos desde o início da crise sanitária.

Estes valores parecem incorporar o impacto do mês de janeiro, período de descontrolo da pandemia que fez de Portugal o pior país do mundo em novos casos e mortes por covid, o que se refletiu no aumento da contestação partidária e social e na quebra de popularidade de Costa e do Executivo, assim como das intenções de voto no PS.

Todos estes elementos conjugados levam Costa Lobo a vislumbrar “nuvens no horizonte para o Governo de António Costa”. ■



ID: 91494879

02-03-2021

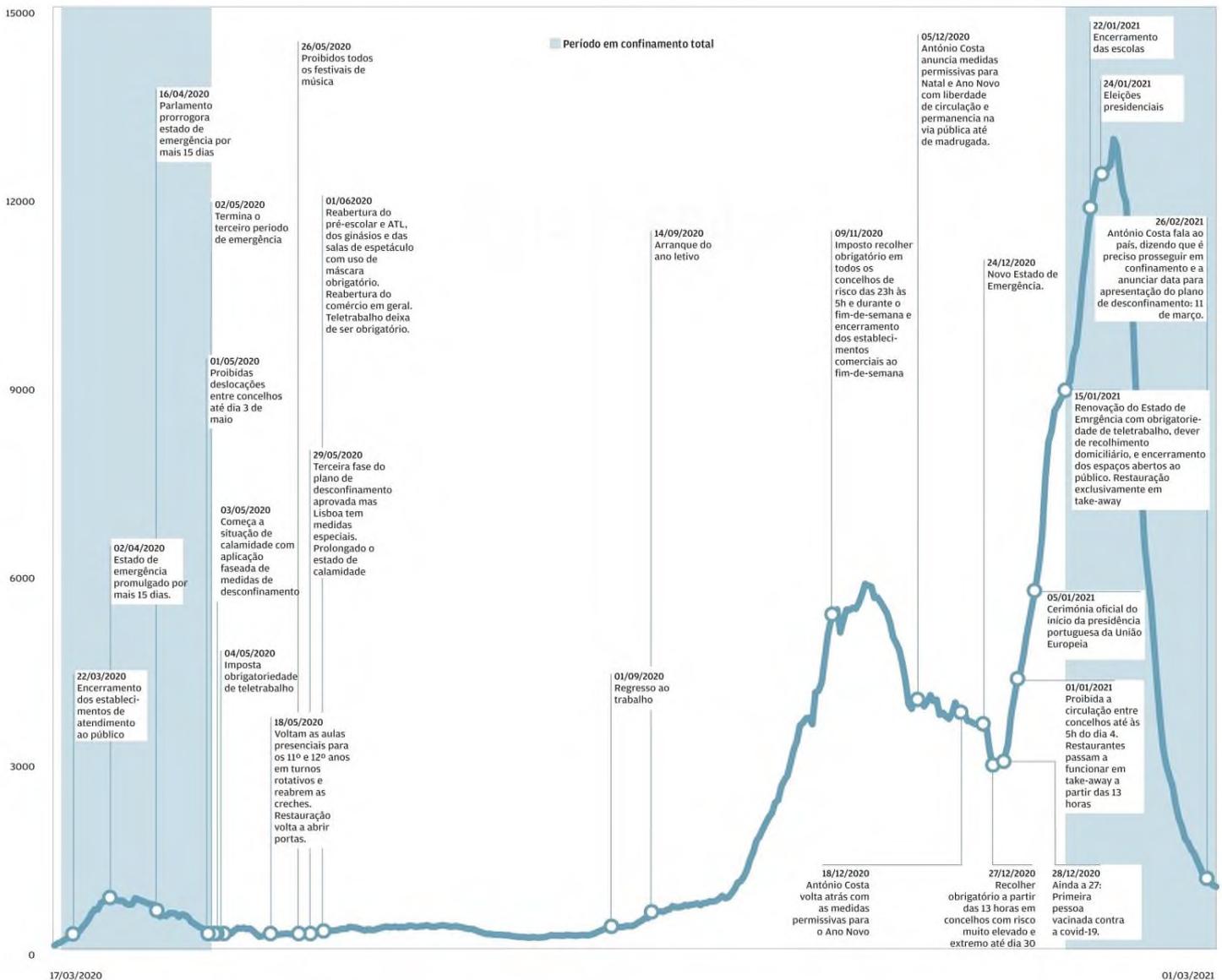
PRIMEIRA LINHA **UM ANO DE COVID-19**

Um ano diabólico que evoluiu ao ritmo do coronavírus

Foi preciso chegar a 2021 para Portugal conhecer a pior face da pandemia de covid-19. A terceira vaga provocou um inimaginável número de contágios e de mortes, fechando de novo o país, que ainda está a tentar recuperar do choque.

TRÊS VAGAS DE COVID, DOIS CONFINAMENTOS TOTAIS

Evolução do número de novos casos (média móvel de sete dias) e uma pequena cronologia com alguns acontecimento deste período



Fonte: DGS/Negócios.

negócios

negocios.pt

Terça-feira, 2 de março de 2021 | Diário | Ano XVI | N.º 4442 | € 2,70
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**



UM ANO DE COVID-19

O que mudou na economia em 18 indicadores

Em apenas 12 meses, alterou quase tudo: a casa passou a ser o centro da atividade económica e o que não cabe dentro dela encolheu. A história da pandemia contada pelos números.

Será que António Costa vai sair ileso?

PRIMEIRA LINHA 4 a 10, EDITORIAL

Autarquias

PS quer que câmaras resgatadas possam baixar IMI

ECONOMIA 12

Indústria

Cisão entre irmãos põe Camac a rolar

EMPRESAS 17

Radar África

Kero e Candando são as vendas que se seguem

ECONOMIA 16

Publicidade

in @ EDP.COM

edp

UM MUNDO MAIS VERDE COMEÇA NAS PESSOAS

13 anos consecutivos no topo das empresas mais sustentáveis do mundo

Member of Dow Jones Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

CGD multiplicou por quatro prémios aos trabalhadores

Banco público pagou quase 10 milhões de euros em prémios, incentivos e recompensas por mérito em 2020, o último ano do plano de reestruturação imposto por Bruxelas.

EMPRESAS 18 e 19



SALÁRIO MÍNIMO

Bloco de esquerda critica redução generalizada da TSU

A líder do Bloco de Esquerda manifestou-se contra “uma espécie de redução generalizada da TSU (Taxa Social Única)” e diz que os descontos devem ser para as empresas que precisam

Em Braga, à margem de um encontro com trabalhadores da Bosch Car Multimédia, Catarina Martins considerou errado que, em tempo de crise, se desproteja a Segurança Social, “premiando todas as empresas, quer precisem quer não precisem”. “Os apoios devem ser para quem precisa e não generalizados”, defendeu.

O ministro de Estado e da Economia, Pedro Siza Vieira revelou, em entrevista ao Diário de Notícias e à TSF no sábado à noite, que a compensação prometida às empresas pelo aumento de 30 euros do salário mínimo nacional para 665 euros será lançada em março, referindo que esta medida envolve os ministérios das Finanças, do Trabalho e da Economia.

“O modelo que estamos a trabalhar - vai ser conhecido nas próximas semanas - é sobre o número de trabalhadores que estavam com o salário mínimo no ano passado, número de trabalhadores que estão agora em salário mínimo e, em função disso, pagamos X

por posto de trabalho, que corresponderá mais ou menos a 80% do valor do acréscimo da TSU. E pagamos de uma única vez, que é também um benefício, um apoio significativo à tesouraria”, considerou o ministro da Economia.

Ontem, Catarina Martins disse que ainda não percebeu “exatamente” em que se traduzirá esta medida, mas admitiu tratar-se de “uma espécie de redução generalizada” da TSU (Taxa Social Única) para as empresas.

“Preocupa-me muito a ideia de à crise se responder dando às empresas descontos generalizados na Segurança Social”, referiu, questionando se, por exemplo, a Jerónimo Martins e a Sonae precisarão de descontos na TSU.

Para a líder do Bloco, “é muito mais útil utilizar a disponibilidade que o país tem pagando salários nas empresas que neste momento estão sem atividade ou com a atividade muito condicionada do que desprotegendo a Segurança Social e premiando todas as empresas, quer precisem quer não precisem”.

Por isso, manifestou “muita preocupação com o anúncio do ministro da Economia”, ressaltando que é necessário aguardar pela clarificação da medida. ■



O modelo que estamos a trabalhar vai ser conhecido nas próximas semanas.

PEDRO SIZA VIEIRA
Ministro da Economia



Preocupa-me a ideia de dar às empresas descontos generalizados na Segurança Social.

CATARINA MARTINS
Coordenadora do Bloco de Esquerda



Impacto no mercado de trabalho

Pandemia penalizou trabalhadores jovens, sem qualificações e precários

Raquel Martins

A crise provocada pela pandemia não se fez sentir de igual forma em todos os grupos sociais e veio evidenciar as fragilidades do mercado de trabalho português. Foram os jovens, os trabalhadores não qualificados e os vínculos precários que mais sentiram os efeitos da crise, enquanto as profissões mais qualificadas e os licenciados, grupos em que o emprego continuou a crescer, resistiram melhor às medidas tomadas para controlar a evolução da covid-19.

Para se perceber o impacto da pandemia no mercado de trabalho não basta ter em conta os tradicionais indicadores do emprego e do desemprego, porque eles não espelham totalmente o que aconteceu no último ano e até ficam aquém do que seria de esperar face à contracção da actividade económica.

A taxa de desemprego anual subiu 0,3 pontos percentuais (para 6,8%) e a população empregada reduziu-se em cem mil pessoas face a 2019. Mas se a estes indicadores juntarmos os inactivos disponíveis para trabalhar e que não procuraram emprego já se fica com uma ideia mais precisa. Entre o primeiro e o segundo trimestres de 2020, quando o país viveu o primeiro confinamento, os inactivos aumentaram 87,6%, totalizando 312 mil pessoas. E, embora o indicador tenha recuado nos trimestres seguintes, no final do ano passado o número de inactivos continuava 32,2% acima do registado em 2019.

“Estatisticamente as reacções [à crise] foram anormais, face ao passado. Não foram na taxa de desemprego. Foram no aumento dos inactivos, mas sobretudo em congelamento de emprego, com a redução das horas trabalhadas por trabalhadores que mantinham o vínculo e não laboravam”, observa o economista Francisco Madelino.

O último ano, acrescenta João Cerejeira, economista e professor na Universidade do Minho, marca o fim de um ciclo em que o emprego estava a crescer e os salários a recuperar, ainda que as estatísticas não espelhem esse fim de ciclo com a intensidade a que nos habituámos em crises anteriores.

Para Cerejeira, a principal marca que fica é o facto de – ao contrário do que aconteceu entre 2010 e 2013, quando praticamente todos os grupos sociais foram afectados por cortes salariais, de pensões ou aumentos de impostos – a crise criada pela

pandemia estar a ter um efeito assimétrico, atingindo com particular violência os trabalhadores independentes e os pequenos negócios com algum grau de informalidade.

“Até ao momento a crise foi violenta, mas muito concentrada nalguns grupos específicos. Este é um aspecto relevante e é uma marca que vai ficar. Poderemos assistir a um aumento da desigualdade por diminuição do rendimento dos mais pobres, que estão na população acti-

va, e levar a um aumento da pobreza”, antevê. “Os mais afectados foram os trabalhadores do turismo e da restauração, assim como de serviços ligados ao comércio e aos pequenos serviços”, destaca Francisco Madelino. “É nestes sectores, que ocupam mão-de-obra menos qualificada e intensiva, que se joga a recuperação dos níveis de emprego.”

Efeitos no emprego

Quando se analisam os dados do emprego recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, a assimetria de que fala João Cerejeira é bastante visível. A diminuição homóloga da população empregada no quarto trimestre de 2020 em comparação com o ano anterior ocorreu sobretudo nos trabalhadores sem nenhum nível de ensino (-19,8%) ou que não foram além do básico (-8,6%), enquanto nos trabalhadores com o ensino superior se registou um aumento de 12,3%.

17%

O emprego de quem tem salários mais baixos (569 euros) recuou 17%



DANIEL ROCHA

A pandemia acentuou ainda mais as desigualdades no trabalho

Um efeito que também se encontra na análise por profissões. O emprego nos “trabalhadores não qualificados”, que têm salários líquidos médios mais baixos (569 euros), recuou 17%. Já “especialistas das actividades intelectuais e científicas”, que têm salários mais elevados, e os “técnicos e profissões de nível intermédio” viram o emprego crescer 18,8% e 5,6% entre 2019 e 2020, mesmo com o confinamento.

As estatísticas mostram também uma grande assimetria etária com o emprego dos jovens, que tradicionalmente têm uma situação contratual mais frágil, a cair 18,4%, enquanto na população acima dos 45 anos aumentou quase 3%.

No segundo trimestre de 2020, quando os portugueses foram obrigados a fechar-se em casa, o emprego teve um forte recuo nos contratos a prazo (-10%) e noutros tipos de contrato mais precários (-29,6%), mas os trabalhadores com contratos sem termo quase não sentiram o primeiro embate, tendo registado um recuo de apenas 0,4%. No quarto trimestre, a admissão de trabalhadores para o quadro aumentou 2,5% e a de trabalhadores independentes 2,2%, enquanto o emprego de trabalhadores a termo caiu 17,5% em comparação com 2019.

Layoff amorteceu choque

O impacto da pandemia foi de certa forma amortecido pelas medidas de apoio à economia criadas pelo Governo, em particular o *layoff* simplificado, que permitiu que um número significativo de pessoas tivesse mantido o seu emprego, apesar de não ter estado efectivamente a trabalhar. Em 2020, 110 mil empresas recorreram ao *layoff* simplificado e nas últimas duas semanas de Janeiro, 44 mil empresas aderiram à medida por terem sido obrigadas a fechar.

“Os apoios criados, incluindo o *layoff*, têm sido fundamentais, para manter o emprego e as empresas e reduzir os impactos sociais”, sublinha Francisco Madelino. Porém, alerta, há sectores como o da cultura e outras actividades mais informais em que “há dificuldades significativas objectivas” e em que os apoios do Estado não têm chegado.

Também João Cerejeira considera o *layoff* “a medida mais emblemática de protecção do emprego”. O problema, alerta, é que à medida que o tempo passa começa a ser claro que as medidas públicas estão mais voltadas para manter quem já está no mercado de trabalho do que para proteger novas contratações.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 2 de Março de 2021 • Ano XXXI • n.º 11.267 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Os meses da pandemia em Portugal



O ano em que a covid-19 pôs o SNS à prova e mudou o país

Pandemia penalizou trabalhadores jovens sem qualificações e precários • Portugueses em wuhan: "Pensamos que era uma virose" • O ano em que o ARN entrou nas bocas do mundo • Um ano de ausências: a pandemia registada por artistas e escritores Destaque 2 a 9, Ciência, 27/28 e Cultura 29/30 • Mais em publico.pt/ano-pandemia

Câmara de Lisboa Moedas quer IL e Aliança na coligação contra Medina

Ex-comissário europeu em contactos para liderar uma frente de centro-direita que só deverá deixar de fora o Chega Política, 14

Investigação FPF abre processo contra dono da SAD do Portimonense

Theodoro Fonseca alvo de um processo disciplinar por representação e intermediação indevida de jogadores Desporto, 38/39

O mundo de amanhã "Governos têm de gastar para combater a pandemia"

Luis de Guindos, vice-presidente do Banco Central Europeu, diz que não é altura de o Estado retirar apoios Economia, 24/25



Carências Escolas já estão a alimentar 40% dos alunos que serviam antes

Estabelecimentos distribuem, em média, 45 mil refeições por dia, um sintoma dos problemas que vivem muitas famílias Sociedade, 16

França Sarkozy vai ter de cumprir um ano de prisão efectiva

O ex-Presidente Nicolas Sarkozy foi condenado a três anos de prisão pelo crime de corrupção e tráfico de influência Mundo, 21